Boletim Evoliano

Uma única coisa deve importar ao Homem: permanecer de pé entre as ruínas.

Neste número:

Símbolos da Tradição: a Águia

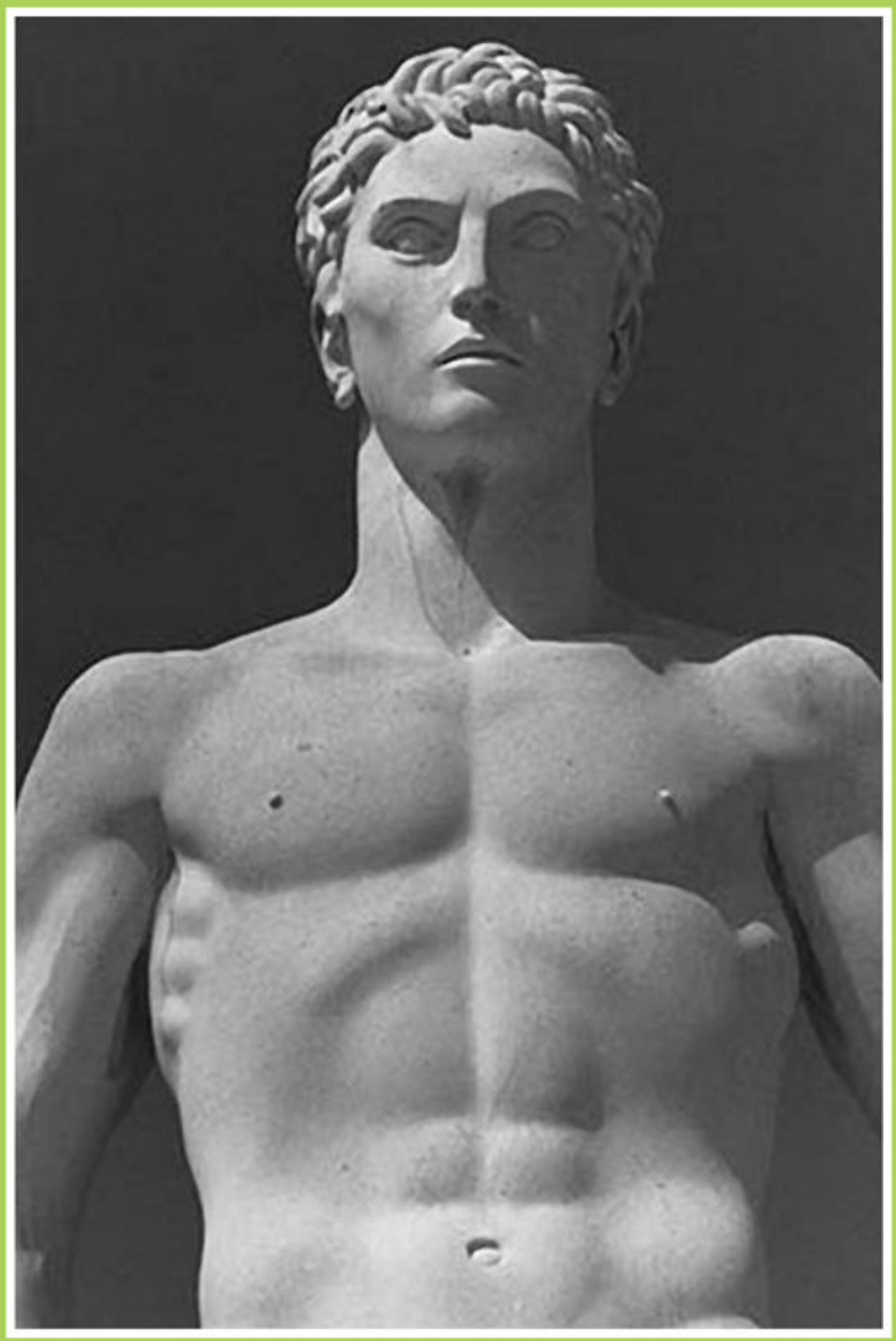
Que resta das Duas Espanhas?

Virilidade Espiritual (Máximas Clássicas)

Para Adriano Romualdi

Platão e a Revolução Europeia

«As últimas horas da Europa»



O problema da Raça

#04

MAIO - AGO. '08

Editorial

Não vamos neste editorial fazer um sumário dos textos do Boletim, eles estão aí para ser lidos, relidos e interiorizados na sua totalidade.

Um evoliano de além-mar que nos contactou e que tem vindo a acompanhar o nosso trabalho pretende, em terras do Brasil, reunir gente a quem Julius Evola influenciou e criar aí, de alguma forma, uma "simbiose" com a Legião Vertical.

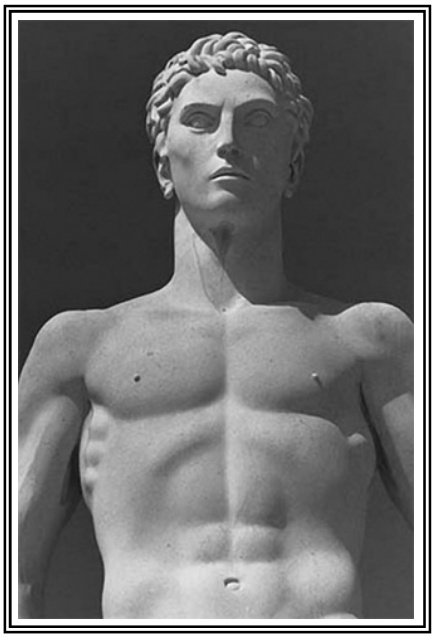
É sempre bom sabermos que estamos a ter "audiências" por esse mundo fora e, como lhe dissemos, nós precisamos de gente limpa e saudável e com vontade de fazer coisas… sem demasiado alarido, sem grande fogo, mas com uma pequena chama tranquilamente acesa, à qual possamos facilmente colocar a mão à frente para a proteger de tempestades.

Uma chama que não se apague e que seja cuidadosamente portada por legionários com características precisas pode, se necessário, iniciar um grande fogo, provocar destruição ou fazer a queimada necessária, proporcionando assim terreno fértil para desabrochar uma nova "muito antiga" cultura.

Não somos gente de grandes labaredas mas estamos cada vez mais orgulhosos da nossa pequena chama. É esta luz de presença que evita acidentes e como a intensidade é reduzida não encandeia quem connosco se cruza, assim como nos impede de conduzir desenfreadamente neste moderno mundo de trevas. A nossa meta não é qualquer berma da estrada, melhor dizendo, nós nem temos meta, andamos pelo gosto de andar. Percorremos o caminho pelo caminho mas sentimos, sem falsa modéstia, alguma felicidade quando olhamos à nossa volta e vemos mais gente que o quer percorrer connosco. E sabem o que é estranho? – Nós nem oferecemos nada em troca. Tolos, todos tolos!

Mas bem hajam pela "anormalidade" que faz alguns traduzir textos que aqui se publicam, outros que nos escrevem a elogiar o trabalho realizado e a pedirem o Boletim em papel, e ainda outros mais militantes que se deslocam vários quilómetros para reuniões da Legião ou para entrar no Dojo e sofrer durante algumas horas.

Para quê tudo isto? – Para nada. Mas gostamos de ver a pequena chama acesa.



Capa: uma das estátuas expostas no *Foro Italico*

ÍNDICE

Editorial	2
Para Adriano Romualdi	3
Platão e a Revolução Europeia	4
«As últimas horas da Europa»	6
O problema da raça	8
Que resta das Duas Espanhas?	14
Símbolos da Tradição: a Águia	17
Virilidade Espiritual - Máximas Clássicas	20

FICHA TÉCNICA

Número 4

2º quadrimestre 2008

Publicação quadrimestral

Internet:
www.boletimevoliano.pt.vu

Contacto:
boletimevoliano@gmail.com

Evocação

Para Adriano Romualdi

Julius Evola

Com a morte, ocorrida em circunstâncias brutais, do nosso muito querido jovem amigo Adriano Romualdi, a nova geração de *Destra* e de inspiração "tradicional" acaba de perder um dos seus representantes mais qualificados. No meu meio, poucos tinham uma cultura tão extensa e diversificada, fundada sobre o conhecimento directo de vários idiomas, como a sua. O seu estilo era limpo e preciso e sabia sempre extrair o essencial de um problema. Os diferentes ensaios que escreveu, começando pela sua ampla introdução ao livro de Günther sobre a religiosidade indo-europeia, mereciam ser reeditados e publicados num só volume. Adriano Romualdi quis também consagrar um ensaio – o melhor que conheço – à minha actividade e aos meus livros. Publicado pelo editor Volpe, que tinha por ele uma grande estima, esta obra foi reimpressa há dois anos. Creio saber que Adriano Romualdi tinha em projecto uma nova versão, mais sistemática, da sua apresentação do velho mundo indo-europeu que exercia sobre ele uma forte atracção e no qual se reconhecia de forma particular. O projecto de um estudo vivo baseado em documentação rigorosa.

Compreendia o que chamamos "Mundo da Tradição" e sabia que era desse mundo que se deviam extrair os fundamentos de uma séria política cultural de Direita. Admirador de Nietzsche – do melhor Nietzsche – Adriano Romualdi afirmava a preeminência dos valores aristocráticos, guerreiros e heróicos. Estava, por esta razão, especialmente atraído pela ideia de uma Ordem, pelo espírito templário e a mentalidade prussiana até às suas heranças mais recentes. Também se inclinava pelos inícios da romanidade, a de Catão e os cônsules, do direito e do justo, e não teve o menor problema em dizer que esta Roma foi a Prússia da Antiguidade. Os materiais que havia reunido com seriedade e perseverança poderiam constituir a base de muitos ensaios importantes. A sua entrada na Universidade, recém-nomeado professor em Palermo, permitia-lhe uma esfera de influência mais vasta e a possibilidade de dar uma formação espiritual a um certo número de jovens.

Não há duvida de que o mundo da acção atraía Romualdi mais do que o da contemplação. Quiçá isto fosse nele um limite. Não considerava a transcendência tal e como a entende a metafísica. A este respeito recordo uma conversa mantida com ele três dias antes da sua morte (vinha ver-me frequentemente e trabalhar na minha biblioteca).

Ao falar da máxima que diz "a vida é uma viagem durante as horas da noite" tive a ideia de perguntar-lhe o que pensava do mundo ultra tumba. Respondeu-me que para ele evocava uma sobrevivência do tipo "larvar" (para retomar o adjectivo que empregou). Indiquei-lhe que, segundo as antigas tradições em que cria, não era o único fim possível. O Hades era certamente considerado como um destino inevitável para a maioria dos homens, mas a ele opõe-se a concepção de uma imortalidade privilegiada e luminosa, com o simbolismo da Ilha dos Heróis, dos Campos Elísios e outros lugares análogos ao Valhalla das crenças nórdicas.

Evocamos os ensinamentos correspondentes à multiplicidade dos destinos, determinados por aquilo que cada um realizou durante a sua vida, pelo que cada um colocou acima de si próprio e essencialmente, por um impulso lúcido até à transcendência. Num dos textos mais característicos diz-se que, após três dias de "desvanecimento", a alma do morto tem experiência da Luz Absoluta. É determinante saber identificar-se com essa Luz, reconhecer a própria natureza. Só então se alcança a "libertação".

Espero que Adriano Romualdi, depois de ter deixado aqui em baixo o seu efémero envoltório, tenha conhecido este despertar. No fundo, e mesmo não tendo uma consciência precisa, tal era o fim a que tendia a sua actividade. Para além das suas simpatias pelo mundo da acção, do combate, das "afirmações soberanas e das negações absolutas" (no dizer de Donoso Cortés) para onde avança a nossa época confusa e em crise, este componente não podia deixar de estar presente nele. Já muito tinha amadurecido.

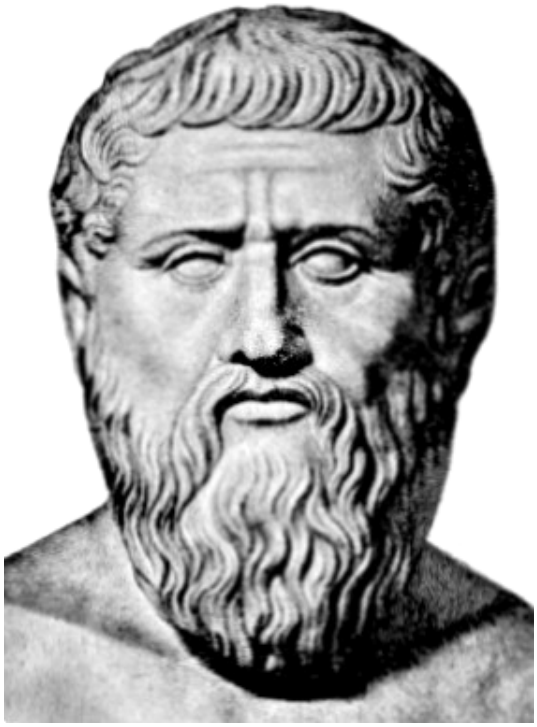
Teoria

Platão e a Revolução Europeia

Adriano Romualdi

Como já indicamos, o totalitarismo platónico evoca, ainda que apenas por analogias formais, o totalitarismo europeu contemporâneo. Tanto num caso como no outro encontramo-nos perante a pretensão do Estado guiar a vida do indivíduo, tanto num caso como no outro há uma ideia que se situa no centro da vida tendo a pretensão de selar todas as suas manifestações. Sem dúvida, Platão subscreveria o slogan mussoliniano: «Tudo no Estado, nada fora do Estado, nada contra o Estado». E sem dúvida que Platão poderia também escrever uma declaração como a aparecida no Pravda de 21 de Agosto de 1946: «O dever da literatura é ajudar adequadamente o Estado a educar a sua juventude, responder às suas necessidades, ensinar a nova geração a ser valorosa, a crer na sua causa, a mostrar-se intrépida perante os obstáculos e preparada para superar todas as barreiras...»

O totalitarismo platónico não nasce apenas da concepção do Estado como um macro-homem, como unidade orgânica, mas também da consciência da decomposição social, da crise da cidade grega que exigia soluções drásticas, medidas urgentes e coercivas. Nasce da consciência de que a antiga classe dirigente estava morta e a nova não estava ainda preparada. Visto desta perspectiva, o totalitarismo platónico apresenta relevantes coincidências históricas com o totalitarismo moderno, surgido para substituir as elites políticas derrubadas pelas revoluções liberais. Ambos totalitarismos, nascidos de uma reflexão pessimista sobre o momento presente, acusam um optimismo fundamental. Crer que um Estado, uma civilização, podem ser salvos mediante o domínio de uma só ideia é, antes de tudo, uma manifestação de esperança. Só se está



disposto a reconhecer autoridade política ilimitada a um princípio ao qual se reconhece, fielmente, uma ilimitada bondade. Neste sentido, o totalitarismo de Platão, a ideia do Estado-organismo, apresenta-se-nos com um mito, como mitos são as concepções dos Estados fascista, nacional-socialista e bolchevique.

Considerado nas suas linhas gerais, o mito do Estado platónico pode relacionar-se com as mais diversas tendências do totalitarismo moderno, sejam estas de direita ou de esquerda: «Na *República* pode-se encontrar a autorização de predicar a revolução social, a queda do capitalismo e o poder do dinheiro; mas pode-se igualmente encontrar uma justificação da coexistência de dois sistemas diferentes de educação, um para os poucos e outro para os muitos, e uma justificação da classe dirigente hereditária».[1]

No entanto, observando com mais atenção, o sentido do totalitarismo platónico obriga-nos a fazer distinções: não se trata da tirania de uma classe ou de uma facção mas sim do governo dos melhores, os quais, encarnando os valores heróicos e sacros, podem razoavelmente pretender representar a totalidade dos valores do espírito. Esta classificação mais precisa permite-nos, no entanto, rejeitar qualquer eventual vinculação entre bolchevismo e platonismo. De facto, o bolchevismo não é um Estado-totalidade mas sim uma parte do todo, a mais ínfima e plebeia, que pretende situar-se como absoluto social e espiritual. A ditadura do proletariado constitui a inversão perfeita do ideal platónico. A análise é mais complexa para o fascismo e o nacional-socialismo que, embora tendo ignorado a suprema exigência de situar novamente no topo do Estado valores transcendentes, ainda assim lutaram pela criação de uma elite heróica capaz de situar a política acima da economia e impor uma nova hierarquia das categorias. Em certo sentido, representam uma tentativa de reverter o ciclo de decadência das formas políticas tal e como se encontra delineado na *República*.

As relações entre o platonismo e o nacional-socialismo merecem uma consideração à parte. É conhecida a influência exercida pelo platonismo sobre a cultura alemã da primeira metade do século XX. O círculo dirigido pelo poeta-profeta Stefan George difunde uma imagem heróica de

1. Thomas A. Sinclair, *Il pensiero politico clásico*, Bari, 1961, p. 223.

Platão que não deixa de influenciar as correntes políticas de extrema-direita. Assim, içada a rubra bandeira da suástica sobre a Chancelaria, eleva-se um coro de vozes proclamando Platão como «percursor», «defensor do direito dos melhores», «nórdico», «Gründer» [fundador], «Hüter des Lebens» [guardião da vida] e até «Führer».[2] Para a reconstrução da imagem de Platão no III Reich é interessante o livro de Hans Günther, o máximo teórico nacional-socialista da ideia «nórdica», dedicado a «Platon als Hüter des Lebens. Platons Zucht und Erziehunggedanken und deren Bedeutung fur die Gegenwart» («Platão como custódio da vida. A concepção educativa e selectiva platónica e o seu significado para o nosso tempo»). Nele podemos ler: «Não devemos deixar-nos seduzir por aqueles que definem a eugenia como uma ciência "animal". Foi Platão quem proporcionou ao termo grego "ideia" o seu actual significado filosófico e quem com a sua doutrina se impôs como fundador do idealismo... e foi precisamente o próprio Platão, enquanto idealista, o primeiro a definir o ideal da selecção».[3] Para Günther, Platão é o salvador do sangue eleito, o assertor da vida como totalidade de alma e corpo. Para Platão, como para todos os arianos primitivos, «não existia nada espiritual que não dissesse também respeito ao corpo nem nada de físico que não respeitasse igualmente à alma. Esta constitui precisamente a maneira característica de pensar do nórdico».[4] Na concepção ariana da vida, interpretada por Platão, a nobreza de ânimo e a beleza começam a existir «quando as temos ante os olhos, personificadas. Esta sã concepção gera o conceito helénico da *kalokagathía*, da bondade-beleza, e a *kalokagathía* não se considera como um modelo de perfeição individual mas como algo muito mais vasto: uma teoria da criação de uma humanidade superior. Só por meio de uma selecção, da educação de uma estirpe eleita, se pode conseguir que a beleza e a bondade apareçam um dia personificadas ante nós».[5]

> "Podemos afirmar que se encontra uma herança platónica incontestável nos movimentos fascistas europeus. A identificação do Estado com uma minoria heróica que o rege, o ardente sentimento comunitário, a educação espartana da juventude, a difusão de ideias-força por meio do mito, a mobilização permanente de todas as virtudes cívicas e guerreiras, a concepção da vida pública como um espectáculo nobre e belo no qual todos devem participar: tudo isto é fascista, nacional-socialista e platónico ao mesmo tempo."

Torna-se evidente que a interpretação nacional-socialista de Platão é propagandística e unilateral. Mas, igualmente, algumas afirmações fundamentais são irrefutáveis. Muito dificilmente Platão se escandalizaria face à queima dos livros «corruptores» ou ante as leis para a protecção do sangue. Podemos ainda encontrar evidentes influências platónicas na doutrina interna da SS, que submetia a uma paciente selecção física e espiritual os futuros chefes, educados nos *Ordensburgen*, os «Castelos da Ordem» surgidos por toda a Alemanha. A *Ordnungstaatgedanke*, a concepção do Estado como Ordem viril que se identifica com a vontade política, apresenta-se-nos como uma revivificação das ideias da *República*.

Concluindo, podemos afirmar que se encontra uma herança platónica incontestável nos movimentos fascistas europeus. A identificação do Estado com uma minoria heróica que o rege, o ardente sentimento comunitário, a educação espartana da juventude, a difusão de ideias-força por meio do mito, a mobilização permanente de todas as virtudes cívicas e guerreiras, a concepção da vida pública como um espectáculo nobre e belo no qual todos devem participar: tudo isto é fascista, nacional-socialista e platónico ao mesmo tempo. As provas falam por si.

Hoje, consumida numa única e imensa pira a esperança de voltar a dar uma elite à Europa invertebrada, o ensinamento político de Platão parece longínquo e quase perdido para sempre. Os valores económicos, que ele colocou não no topo mas sim na base da sociedade, são exaltados como soberanos. Burguesia e proletariado, Ocidente e Oriente, capitalismo e comunismo proclamam em uníssono a chegada de um Estado cuja única meta é o bem-estar da maioria. Aquilo a que Platão chamou a parte apetitiva do Estado esmagou a parte heróica e cognoscitiva. A civilização das massas pesa como a opaca mole das imensas cidades de cimento. Mas este mundo das massas contém no seu seio o gérmen da sua própria decomposição. Por um lado, assiste-se a uma crescente especialização das funções, por outro, ao nascimento de uma estrutura cada vez mais parecida com um mecanismo perfeito.[6] Entretanto, as massas, inseridas neste grande mecanismo, vegetam na comodidade num estado de crescente abulia política. Surge assim a possibilidade do domínio de uma elite especializada sobre uma massa satisfeita e

2. Sobre a imagem de Platão na Alemanha deste período veja-se: J. Bannes, *Hitlers Kampf und Platons Staat*, Berlim e Leipzig 1933 e *Die Philosophie des heroischen Vorbildes*; C. Bering, *Der Staat der Königlichen Weisen*, 1932; K. Gabler, *Platon der Führer*, 1932; H. Kutter, *Platon und die europäische Entscheidung*; F. J. Brecht, *Platon und der George-Kreis*, Leipzig 1929.
3. *Platon als Hüter des Lebens*, Munique 1928, p. 66.
4. Op. cit., p. 39.
5. Op. cit., p. 46.

indiferente. Escreve Nietzsche na *Vontade de Poder*: «Um dia os operários viverão como hoje os burgueses mas sobre eles viverá a casta superior; esta será mais pobre e mais simples mas possuirá o poder». É uma afirmação profética que projecta no futuro a visão de uma elite platónica interiormente forjada por um moderno doricismo, habitando com sóbria pobreza no centro imóvel onde accionam as rodas do brilhante mecanismo da civilização ocidental.[7]

Chegados a este ponto, quando estamos prestes a concluir estas notas introdutórias, conceda-se-nos o finalizar à maneira platónica, introduzindo um mito. Um mito que não o inventamos nós, mas que se encontra nas páginas de uma novela de Daniel Halévy, *Histoire de quatre ans. 1997-2001*. Estamos em 1997: a Europa apodrece no bem-estar e na libertinagem. A corrupção cresce pelo que «feridos os centros de energia ariana», a maré dos povos de cor ameaça os europeus decadentes. Mas eis que, um pouco por todo o lado, grupos de indivíduos se isolam, dotando-se de uma estrutura ascético-militar e uma disciplina severa. Nos seus cenóbios recompõe-se a antiga lei da vida, volta a florescer o espírito de obediência e sacrifício. Alcançando o poder, o grupo de monges-laicos põe fim à desordem e à corrupção democrática dividindo a sociedade nas três castas de associados, noviços e submetidos. O esforço da nova ordem salva a Europa, e a Federação Europeia, fundada a 16 de Abril de 2001, prepara-se para marchar contra os bárbaros do Oriente.

Até aqui o mito, um mito didascálico que não teria desagradado a Platão. Mas, no mito e mais além do mito, o ideal político de Platão mantém-se como um elemento permanente de toda a verdadeira batalha pela ordem. A base do seu sistema político é constituída pela exigência de fazer coincidir a hierarquia espiritual com a hierarquia política, de assegurar ao espírito a direcção do Estado. Não sem motivo Kurt Hildebrandt pôde intitular o seu livro *Platão, a luta do espírito pela potência*. Esta exigência, formulada com tanta claridade pelo maior pensador da Helade e do Ocidente, permanece a todo o tempo, tal como as histórias de Tucídides *ktéma es aéi*, uma conquista para a eternidade. Ninguém como Platão sofreu com a ineptidão da inteligência, incapaz de dar uma ordem à vida. Contemplou até nos abismos mais insondáveis a tragédia da excisão entre espírito e vida, entre espírito e poder político. E mostrou-nos a via real que conduz para lá desta trágica excisão: não a vã tentativa idealista de adequar a política a esquemas abstractos, mas sim um esforço heróico e disciplinado para infundir sangue e energia à pura inteligência, para confiar os valores do espírito a uma espécie de homem forte, equilibrado, vitorioso.

Na obscuridade contemporânea a doutrina de Platão arde como um fogo distante que orienta o nosso caminho. Para ela deve saber olhar uma nova classe política decidida a fundar o verdadeiro Estado, a dar a cada um o seu, a impor contra a tirania da massa e do dinheiro a nova hierarquia.

6. Veja-se J. Evola, *Cavalcare la tigre*, Milão 1961: «No lugar das unidades tradicionais – dos corpos particulares, das ordens das castas e das classes funcionais, das corporações – conjunto de membros aos que o indivíduo se sentia ligado em função de um princípio supra-individual que enformava a sua vida inteira, proporcionando-lhe um significado e uma orientação específicos, hoje possuem-se associações determinadas unicamente pelo interesse material dos indivíduos, que só se unem sobre uma base: sindicato, organizações de classe, partidos. O estado informe dos povos, na actualidade transformados em meras massas, faz com que toda a ordem possível possua um carácter necessariamente centralista e coercivo.»

7. Uma perspectiva similar se delineia em *Der Arbeiter* de Ernst Jünger: «Tal como produz prazer observar as tribos livres do deserto que, vestidas com farrapos, possuem como única riqueza os seus cavalos e as suas valiosas armas, também seria prazenteiro ver o grandioso e valioso instrumental da "civilização" servido e dirigido por um pessoal que vive numa pobreza monacal e militar. Este é um espectáculo que produz alegria viril e que faz a sua aparição onde se impõem ao homem exigências superiores para alcançar grandes fins. Fenómenos como a Ordem dos Cavaleiros Teutónicos, o exército prussiano, e a Companhia de Jesus constituem exemplos a tal efeito...». Citado em J. Evola, *L'operaio nel pensiero di Ernst Jünger*, Roma, 1960, p. 75.

Livro

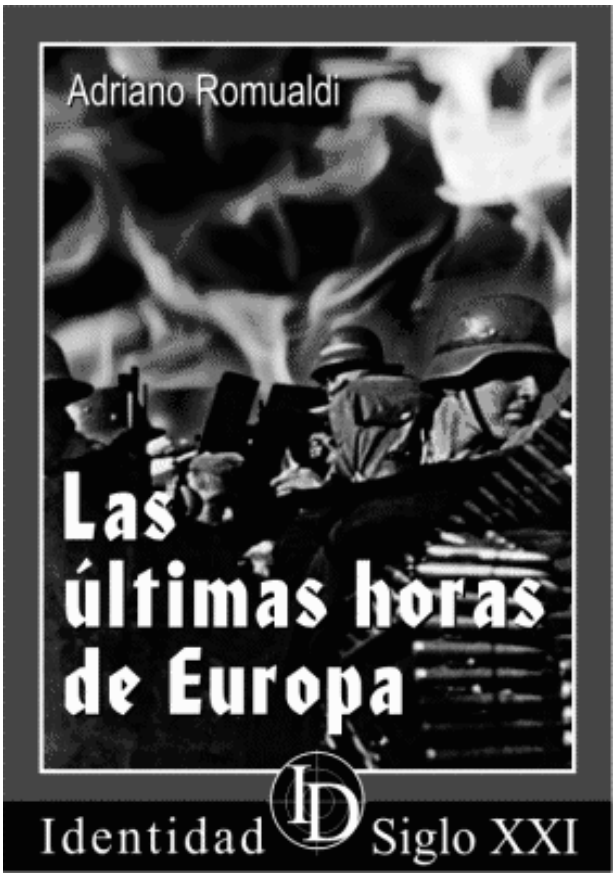
«As últimas ho

Enrique Monsonís

Cumpriram-se, em Agosto, trinta e cinco anos da partida de Adriano Romualdi. Tinha trinta e três anos, uma importante bagagem política e cultural, anos de luta e militância nas fileiras da resistência europeia e um futuro promissor no ensino universitário e no mundo cultural e político italiano. Talvez o ambiente político alternativo italiano, e por consequência o europeu, tivesse seguido outros passos caso ele tivesse continuado vivo. No entanto, a sua curta vida não foi de modo nenhum estéril. Pode ser que, como disse o seu mentor, Julius Evola, ao saber da sua morte, o nosso mundo tenha perdido naquela trágica noite de Agosto um "dos seus representantes mais qualificados", mas Adriano Romualdi legou-nos, apesar de morte tão prematura, uma parte importante do seu pensamento e é nosso dever difundir os seus escritos.

As *Ediciones Identidad* estreiam-se com um dos melhores escritos de Adriano Romualdi, publicado postumamente em Itália em 1976 com o sugestivo título de *As últimas horas da Europa*. Adriano Romualdi, sem estéreis pretensões, sem protagonismos supérfluos, por pura luta, foi um grande exemplo do que deveríamos entender pela palavra militante; não foi um intelectual, foi sobretudo um homem de acção, conjugando perfeitamente as suas horas de estudo, as suas investigações e criações escritas – realizadas como um exercício de combate – com a luta política e cultural, inclusivamente com o combate de rua quando tal era necessário. Todos os aspectos da sua passagem pela vida foram esforço, vontade indomável, luta e militância. Em todos estes aspectos, entendia a sua vida como uma milícia na qual o pensamento e a acção, face à comodidade e ao conformismo, se uniam na busca da verdadeira realidade interior, sendo sempre consciente da extrema dureza que isso significava

oras da Europa»



para quem se sabia resistente face a um mundo que em todas as suas dimensões lhe era estranho e inimigo. Por isso, não é de estranhar que um tema como o dos últimos dias da última Guerra Mundial tenha despertado nele o interesse suficiente para escrever um texto que hoje, quase setenta anos depois desses dias, tem tanta importância e actualidade.

Independentemente dos factos históricos, que não obstante, é preciso recordar desde uma perspectiva diferente da da propaganda dos vencedores, sobejamente conhecida, e que Romualdi, como bom historiador, relata e contrapõe de forma magistral, talvez o mais importante deste livro seja a mensagem que o seu autor dá a conhecer, sendo fundamentais duas ideias: por um lado, o exemplo de abnegação, resistência e heroísmo de uma geração de militantes que levou os seus valores e ideais de defesa da identidade e essência da Europa às últimas consequências, representando um exemplo e os valores hoje necessários, mais do que nunca, para resistir às últimas e mais perigosas fases do processo de dissolução que se iniciou para a Europa durante as jornadas em que decorre este relato. Por outro lado, a ideia de Europa, presente em toda a obra e pensamento de Romualdi, é talvez neste texto mais protagonista do que nunca, precisamente por desenrolar-se nestas últimas e terríveis horas uma furiosa e desesperada luta na qual a Europa jogava a sua própria existência. Naquelas últimas horas, mostrou-se mais real do que nunca a consciência da verdadeira identidade europeia e da necessidade da luta sem quartel contra aqueles que com a força das armas destruíam o sonho do renascer europeu, a herança milenar e os princípios de uma civilização que se recusava a desaparecer. Aqueles foram os últimos momentos da Europa, mas não da ideia de Europa, uma ideia que deve fortalecer-se na luta ainda não finalizada, uma luta que como Romualdi bem sabia começa nos que se reconhecem herdeiros dos valores e exemplo daqueles que morreram heroicamente pela única e verdadeira Europa, valores que constituem o fundamento para a recuperação de ideais quase esquecidos, ficando patente com este último sacrifício, que daquela derrota devem surgir as energias e a vontade para a recuperação da identidade, futuro e destino europeu.

Adriano Romualdi encarrega-se, trinta e cinco anos depois da sua partida, com este magnífico e recomendável texto, de manter viva a chama desta antiga e eterna luta.

Sobre a obra

Com *As últimas horas da Europa*, volume publicado de forma póstuma em 1976, Adriano Romualdi dispunha-se a dar à estampa um grande canto épico dos tempos actuais: desde as primeiras páginas penetramos numa época na qual renascem e actuam figuras míticas e eternas, como o guerreiro, o herói, o cavaleiro; à sua frente surgem monstros multiformes, demónios desenfreados e horrores infernais. Como é próprio da alma europeia, na tragédia da II Guerra Mundial, como na prosa de Adriano Romualdi, domina uma visão trágica do heroísmo, de um combatente que defronta um inimigo que dispõe de forças desproporcionadamente superiores, que sabe que está destinado à morte e à derrota, mas que igualmente conhece o seu dever e cumpre-o até ao fim, até à auto-anulação em combate. Nesta derrota está a vitória do herói, no sacrifício extremo e no manter-se fiel à própria ideia, à ordem recebida, ao voto de lealdade e à própria terra.

Ficha técnica

Dimensões: 15 x 21 cm
Páginas: 200
Preço: 20 € + gastos de envio

Como comprar?

Enviar um e-mail para: idpress7@gmail.com ou escrever para Apartado de Correos, 6107 - 46080 Valência, Espanha.

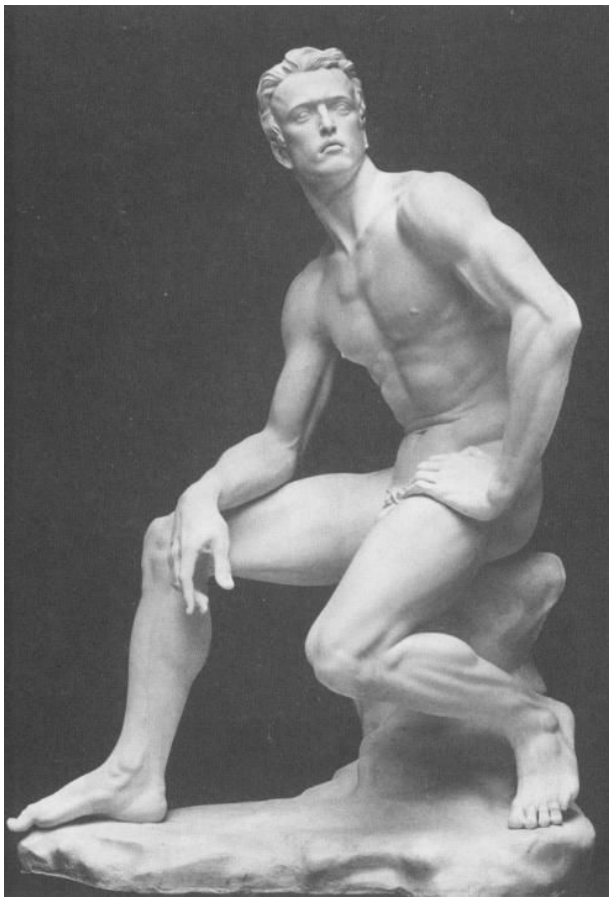
Doutrina

O problema da raça

Julius Evola*

O racismo, como sabemos, teve desde o início uma grande importância no âmbito do nacional-socialismo; sob as suas formas extremistas, pouco mais que primitivas, sob as quais o mesmo tinha sido em geral afirmado em tal movimento, constituía um dos aspectos mais problemáticos e necessitados de rectificação do III Reich. Se por um lado o racismo se associou ao anti-semitismo, por outro acabou por criar tendências "pagãs", cujo principal representante foi Alfred Rosenberg. Na época de *Imperialismo Pagão* Rosenberg, que conheci pessoalmente, supôs que eu seria o representante italiano duma corrente análoga à sua. Na realidade, as diferenças eram muito importantes. No seu livro mais conhecido, *O Mito do Século XX*, Rosenberg também se referiu a autores como Wirth e Bachofen, procurou remeter-se à tradição nórdica das origens e dar uma interpretação dinâmica, sob uma base racista, das diferentes civilizações e da sua história. Mas tudo isto de forma superficial e aproximada, e sobretudo num contexto adaptado às finalidades políticas quase exclusivamente alemãs. Faltava pois, a Rosenberg, qualquer compreensão da dimensão da sacralidade e do transcendente: daí surgia, entre outras coisas, uma polémica primitivíssima contra o catolicismo a qual, numa espécie de *Kulturkampf* renovada, não recusava os argumentos mais disparatados de inspiração iluminista e laica. O "mito do século XX" deveria ter sido o mito do sangue, da raça: "novo mito da vida chamado a criar um novo tipo de vida e, portanto, de Estado e de civilização".

Quanto ao racismo alemão de Estado, apresentou-se como a mistura entre uma variante da ideologia nacionalista de fundo pangermanista e ideias do cientismo biológico. Relativamente a estas últimas, Trotsky não andava muito longe da verdade quando definia o racismo como um materialismo zoológico. Recorreu-se à biologia, à eugenia, à teoria da hereditariedade tomadas tal como eram, ou seja, nos seus pressupostos totalmente materialistas. Chegou-se a supor uma dependência unilateral do superior em relação ao inferior, quer dizer, da parte psíquica e supra-biológica do ser humano em relação à parte biológica: mesmo a adição de uma espécie de mística do sangue não mudava grande coisa. Daqui também a grande ilusão consistente em crer que com meras medidas profiláticas biológicas, ou seja, do domínio da raça física, se pudesse alcançar a reintegração quase automática de todos os aspectos da vida de uma estirpe e de uma nação. O que, de uma maneira geral, se poderia considerar justo neste conjunto de ideias, seria a ideia segundo a qual não é o Estado, a sociedade ou a civilização em abstracto que têm um valor decisivo, mas sim uma "raça" correspondente, mas apenas na condição de se conceber a raça num sentido superior, quer dizer, como a substância humana mais profunda e originária. Podia-se assim reconhecer a importância e a oportunidade de uma "luta pela visão do mundo" conforme ao homem ariano e especialmente nórdico-ariano, tendo por finalidade uma revisão geral dos valores que vieram a tornar-se predominantes no mundo ocidental. Por seu lado, o fanatismo anti-semita aparecia como negativo, tendo-se lamentavelmente tornado para muitos em sinónimo de racismo.



Estátua da autoria de Arno Breker, representação perfeita do ideal racial nacional-socialista

Tive oportunidade de tomar várias vezes posição contra o racismo materialista. A propósito do neo-paganismo nazi declarei, numa conferência de imprensa a propósito da conferência que proferi em 1936 no Kulturbund de Viena, que as teorias em questão eram de modo "a tornar católico até aquele que tivesse a melhor disposição para se professar pagão". É também significativo que Mussolini tenha prestado atenção a um ensaio meu intitulado "Raça e Cultura", aparecido em 1935 na *Rassegna Italiana*, tendo feito saber à revista a sua aprovação. Neste ensaio, eu afirmava a proeminência de uma ideia formativa sobre o simples elemento biológico e étnico (defendi a mesma tese numa página especial de *Regime Fascista*). Também um editorial meu sobre o tema, para o jornal de Balbo, *Corriere Padano*, foi notado

nas altas esferas: tinha como título "Responsabilidade de se dizer ariano" e também aí combati o fetichismo da raça física. Eu indicava o carácter insignificante duma "arianidade" reduzida a não ser judeu ou de raça de cor, em vez de se definir em termos essencialmente espirituais e éticos, o que comportava uma responsabilidade precisa para consigo próprio. No racismo existiam pois algumas exigências legítimas. Tratava-se de redimensionar a totalidade dos problemas de maneira adequada e sobre bases diferentes.

Entre os ambientes alemães atrás mencionados, tentei exercer uma influência em tal sentido. No entanto, a ocasião para uma tomada de posição completa apresentou-se no momento da viragem "racista" do fascismo, acontecida em 1938 com a promulgação do "Manifesto da Raça".

Como acontece com muitas outras coisas do regime precedente, a maior parte das pessoas tem uma visão distorcida de tal viragem. Pensa-se que o fascismo se acoplou passivamente ao hitlerismo e que o racismo em Itália foi um simples produto de importação. É certo que o racismo não tinha em Itália precedentes de importância, e isto também por causa dos antecedentes históricos de tal nação e nem sequer tinha aí um terreno propício. Todavia, foram motivos intrínsecos suficientemente legítimos que determinaram tal viragem. Para começar, e após a criação do império africano e dos novos contactos com os povos de cor, impunha-se o reforço do sentimento de distância e de consciência da própria raça em sentido genérico, de modo a prevenir perigosas promiscuidades e tutelar um necessário prestígio. De resto, foi esta a linha rigidamente seguida pela Inglaterra até ontem, linha esta que, a ser mantida pelos povos brancos, teria tornado impossível o desenrolar das revoltas "anti-colonialistas" de que, como que por uma justa Némesis, após a II Guerra Mundial, a Europa desfalecente padece as consequências deletérias.

A segunda razão foi a reacção contra a atitude antifascista do judaísmo internacional, acção bem documentada e que se intensificou à medida que a Itália se colocava do lado da Alemanha. Foi natural, portanto, que Mussolini tomasse contramedidas. Por outro lado, aquilo que os judeus sofreram em Itália (sem comparação com o que lhes aconteceu na Alemanha), ficou a dever-se à orientação dos seus correligionários de além-fronteiras. Houve também uma terceira razão, a mais importante. Mussolini esperava que a sua "revolução" não tivesse um alcance simplesmente político, mas que pudesse criar um novo tipo de italiano; ele pensava – e com razão – que tanto um movimento como um Estado têm necessidade, para sobreviver e se afirmarem, de uma correspondente substância humana bem diferenciada. E temos de reconhecer as possibilidades oferecidas, a este respeito, pelo mito da raça e do sangue.

> "Todos os desvios apresentados pelo racismo derivavam do facto deste partir de uma imagem do homem profundamente materialista. Pelo contrário, tomei como base firme da minha formulação a concepção tradicional que reconhece no homem um ser composto por três elementos: o corpo, a alma e o espírito. Uma teoria completa da raça teria portanto que considerar estes três elementos e distinguir uma raça do corpo, uma raça da alma e uma raça do espírito."

No entanto, o "Manifesto da Raça" italiano, redigido apressadamente por ordem de Mussolini, não passou de um rascunho. Na verdade, faltavam em Itália elementos com uma preparação séria para fazer face a questões deste género. A mediocridade revelou-se também na campanha racial, na qual o papel essencial foi assumido por uma polémica minúscula e virulenta. Da noite para o dia, todo um conjunto de homens de letras e jornalistas fascistas apercebem-se de que afinal também eram "racistas" e puseram-se a empregar o termo "raça" por tudo e por nada, designando as coisas mais disparatadas e menos pertinentes. Chegou-se mesmo ao ponto de se falar em "raça italiana", algo completamente sem sentido, pois que nenhuma nação moderna corresponde a uma raça, e a Itália muito menos. As diferentes raças europeias distinguidas pelo racismo figuram, pelo contrário, como componentes de quase todas as nações ocidentais.

Em 1937 o editor Hoepli encarregou-me de escrever uma história do racismo. O livro teve o título de *O Mito do Sangue* e apareceu em segunda edição durante a guerra. Nesse texto falei dos antecedentes do racismo no mundo antigo (onde a "raça" não era um mito, mas uma realidade vivente), examinando os percursores existentes nos séculos seguintes. Depois elaborei um resumo das formas modernas desta doutrina, apresentando as ideias fundamentais de Gobineau, de Woltmann, de Vacher de Lapouge, de Chamberlain e de muitos outros autores. Também mencionei as teorias da antropologia e da genética, da hereditariedade e da tipologia racista. Finalmente, abordei a concepção racista da história, as bases do antisemitismo e apresentei um quadro do racismo politizado do período hitleriano, nos seus vários aspectos. Já neste livro, essencialmente expositivo, tive a ocasião de fazer várias precisões e críticas.

O estudo do material necessário para a compilação d'*O Mito do Sangue* acabou por me levar à formulação de uma doutrina da raça. Foi o que aconteceu com a obra *Síntese de Doutrina da Raça*, editada igualmente com Hoepli em 1941, com um apêndice iconográfico de 52 fotografias (mais tarde apareceu também uma edição alemã ligeiramente modificada através da Runge-Verlag de Berlim).

É evidente que o conceito de raça depende da imagem que se tem do homem e é a partir desta imagem que se define também o nível de toda a doutrina da raça. Todos os desvios apresentados pelo racismo derivavam do facto deste partir de uma imagem do homem profundamente materialista, baseada em posturas de cientismo e naturalismo. Pelo contrário, tomei como base firme da minha formulação a concepção tradicional que reconhece no homem um ser composto por três elementos: o corpo, a alma e o espírito. Uma teoria completa da raça teria portanto que considerar estes

> "A natureza humana é diferenciada; diferenciação esta que se exprime, entre outras coisas, na diversidade dos sangues e das raças. Esta diferença representa o elemento primário. Não é apenas a condição natural dos seres, é também um valor, quer dizer, algo cuja existência é boa, que deve ser defendido e protegido."

três elementos e distinguir uma raça do corpo, uma raça da alma e uma raça do espírito. A "pureza" racial existe quando as três raças convergem e estão em harmonia: expressando-se uma, vislumbrando-se a outra. Mas há muito tempo que isto não acontece senão em casos muito raros. O aspecto mais reprovável dos inúmeros e confusos cruzamentos, ocorridos ao longo da história e no desenvolvimento da sociedade, não se refere tanto à alteração da raça física e do tipo psicossomático (o racismo corrente não vê mais do que isto), quanto à incongruência e ao contraste que se dava num mesmo sujeito dos três componentes: homens cujo *soma* já não reflecte o seu carácter, cujas disposições afectivas, morais e volitivas, não estão mais de acordo com as suas eventuais vocações espirituais. O "espírito" distingue-se da "alma" como aquele princípio do homem relacionado com valores supremos, com a "supra vida". Assim, a "raça do espírito" reflecte-se e revela-se nas diferentes atitudes dos indivíduos face ao sagrado, ao destino, aos problemas da vida e da morte, na visão do mundo, das religiões, etc. Correspondendo aos três componentes, devia-se portanto formular um racismo de primeiro, segundo e terceiro grau. O seu objecto deveria ser, respectivamente, a raça do corpo, a raça da alma e a raça do espírito.

A partir da hierarquia de direito existente entre os componentes do homem, derivava a preeminência da raça interior em relação à externa, tão-só biológica. Isto só por si impunha uma revisão profunda de todas as concepções do racismo cientista e materialista, inclusive no domínio da genética e da teoria da hereditariedade. Assim rejeitei o fetichismo da pureza racial compreendida em termos simplesmente físicos: a raça exterior pode permanecer pura em tipos nos quais a raça interior se apagou ou enfraqueceu, coisa bem visível em numerosos casos (por exemplo os holandeses e os escandinavos). Mesmo o problema dos cruzamentos deveria ser redimensionado: o cruzamento só tem efeitos negativos quando a raça interior é débil; mas se, pelo contrário, ela for suficientemente forte, a presença de um elemento estranho introduzido pelo cruzamento (mantido naturalmente dentro de certos limites) pode actuar como um desafio e ter um efeito galvanizador (tal como acontece com certas estirpes aristocráticas que tendem à degeneração como consequência de um longo regime de endogamia). E outras considerações do mesmo tipo foram desenvolvidas no meu livro.

Do ponto de vista político-social, reconheci algo de positivo no racismo enquanto expressão de uma exigência anti-igualitária e anti-racionalista. Quanto ao primeiro ponto, o racismo reafirmava evidentemente o princípio da diferença: tanto a diferença entre diferentes estirpes e povos, como entre os elementos de um mesmo povo. Assim, o racismo opunha-se à ideologia iluminista-democrática que proclamava a identidade e igual dignidade de todos os seres de aparência humana e, pelo contrário, afirmava que a humanidade, o género humano, ou é uma ficção abstracta ou um estado final, imaginável apenas como um limite e nunca completamente realizável, de um processo de involução, de dissolução, de queda. Normalmente, a

natureza humana é, pelo contrário, diferenciada; diferenciação esta que se exprime, entre outras coisas, na diversidade dos sangues e das raças. Esta diferença representa o elemento primário. Não é apenas a condição natural dos seres, é também um valor, quer dizer, algo cuja existência é boa, que deve ser defendido e protegido. Ao contrário de certos racistas, para mim este reconhecimento não conduzia necessariamente a uma atomização de grupos humanos fechados sobre si próprios e ao desconhecimento de todo o princípio superior. É possível conceber-se uma unidade superior, mas no cume: unidade que reconhece e mantém no seu plano as diferenças. A unidade "na base", a unidade niveladora própria da democracia, da "integração", do humanitarismo, do falso universalismo, do colectivismo é, pelo contrário, regressiva. Contra orientações deste tipo já Gobineau se tinha insurgido, fazendo valer o racismo essencialmente em termos de uma exigência aristocrática.

Outro aspecto positivo genérico do racismo, solidário com o primeiro, era indicado pelo seu anti-racionalismo, ou seja, pela sua valorização de qualidades, disposições e dignidades diferentes de tudo o que pode ser adquirido e construído, insubstituíveis, indetermináveis a partir do exterior e não derivadas do ambiente, ligadas à totalidade vivente da pessoa, tendo raízes em algo profundo e orgânico. A personalidade, contrariamente ao simples indivíduo abstracto e informe, tem a sua base efectiva em tudo isto. A este respeito, e para evitar qualquer desvio, seria suficiente ater-se ao conceito completo da raça indicado por mim, tendo presente que não podemos falar da raça da mesma maneira no caso do homem e de um gato ou cavalo, por exemplo, tendo em conta que a essência e a vida do primeiro não se esgota no plano dos instintos e do *bios,* como nos segundos.

A concepção da "raça interior" e da sua primazia era fecunda de um ponto de vista duplo. Acima de tudo, num plano moral. A mesma levava a considerar uma raça como um modo de ser a definir-se sobretudo em si e por si mesmo, como universal *a priori*, quase como uma "ideia" platónica, ainda que empiricamente a mesma possa aparecer e reencontrar-se preponderantemente numa dada raça física, numa determinada estirpe ou povo. Isto se aplicava já ao conceito de "ariano" ou de "judaico". A arianidade e a judaidade deviam referir-se a atitudes típicas não necessariamente presentes em todos os indivíduos de sangue ariano ou judeu. De tal maneira podia-se evitar qualquer presunção e unilateralidade: ficava como verdadeiramente decisivo aquilo que cada um é, como forma interna. Definiam-se também responsabilidades precisas, segundo aquilo que tinha já exposto no citado artigo publicado no *Il Corriere Padano*. É por tudo isto, acrescentarei, que após a segunda guerra

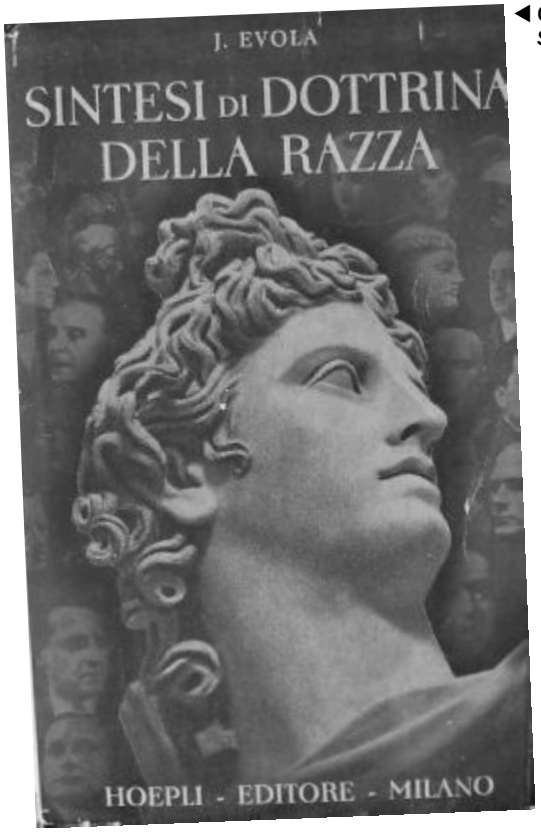
Capa da revista Neues Volk, um exemplo do ideal nórdico nacional-socialista

mundial tive que afirmar o absurdo que era insistir sobre o problema "judeu" ou "ariano", de um ponto de vista superior: justamente porque o comportamento negativo atribuído aos judeus está já presente em grande parte dos arianos, sem que estes últimos tenham sequer, como os primeiros, a atenuante da predisposição hereditária.

Em segundo lugar, o conceito de raça interior conduzia ao de raça como energia formativa. Poderíamos sobretudo explicar a aparição de um dado tipo comum suficientemente constante a partir de misturas étnicas por efeito de um poder formador interno, tendo a sua expressão mais directa numa dada civilização ou tradição. O próprio povo judeu oferecia o melhor exemplo disto: não tendo qualquer homogeneidade étnica (de raça física) na sua origem, uma tradição permitiu formar um tipo hereditário bem reconhecível, a tal ponto que os judeus fornecem um dos exemplos mais característicos de tenaz unidade racial da história. Um outro exemplo, mais recente, é a América setentrional: o tipo americano tomou forma com traços suficientemente precisos (especialmente como raça interior), graças à força formadora da alma de uma civilização, a qual agiu sob a mistura étnica mais inverosímil. Isto elimina a ideia que qualquer condicionamento unilateral a partir do inferior, quer dizer, pelo simples *bios*.

As possíveis aplicações práticas de toda esta ordem de ideias, no domínio daquilo que Vacher de Lapouge tinha denominado como "antropologia política", eram evidentes. Numa nação na qual o Estado revista a dignidade de um superior princípio activo e formativo é concebível uma acção diferenciadora sobre a própria substância étnica. Aqui podia-se reconhecer aquilo que certas exigências do racismo alemão tinham de justo. Havia que distinguir o racismo negativo, destinado a proteger a comunidade nacional de factores de alteração e de mesclas perigosas, de um racismo positivo, dirigido a uma diferenciação no interior da comunidade através da consolidação e reforço de um tipo superior. Sabemos que o racismo moderno não considera somente as grandes raças distinguidas nos manuais académicos de antropologia – raça branca, negra, amarela, etc. Também no interior de uma comunidade branca, "ariana" ou indo-europeia são reconhecidas diferentes raças, entendidas como unidades mais elementares, como a raça mediterrânica, nórdica, dinárica, eslava, etc., variando as denominações segundo os autores. Com *Rassenseelekunde*, L.F. Clauss tentou também uma descrição da alma e do estilo interior de tais raças. Em cada nação europeia figuram como componentes, em diferentes proporções, tais raças elementares. A exigência do racismo político era individuar em tal mescla aquela raça à qual se pudesse reconhecer o direito de predominar e dar a própria marca ao resto da nação. Na Alemanha reconhecia-se à raça nórdico-ariana este papel.

Pois bem, coloquei o mesmo pro-



◀ Capa da edição italiana de *Síntese de Doutrina da Raça*

blema para Itália e pensei poder reconhecer a indicada dignidade de raça central e de raça-guia àquela que chamei de raça ariano-romana: raça que se diferenciou nas origens a partir do mesmo tronco de onde provém a raça nórdica. Procedi a uma descrição do tipo ariano-romano, em primeiro lugar como raça interior (no meu livro foi esboçada também uma tipologia sumária das "raças do espírito"). Também coloquei, num capítulo especial, o problema da rectificação eventual da substância étnica da nação italiana, para lhe reduzir a importante componente "mediterrânica" e para fazer prevalecer a componente ariano-romana: naturalmente, sobretudo no plano das atitudes, como modo de sentir e de reagir, como costume. O problema da elite era definido como o de uma classe dirigente que, além de ter autoridade, prestígio e poder como sua função, se apresentasse também como a encarnação de um tipo de humanidade superior, possivelmente na plenitude própria de uma unidade de raça interna e de raça externa. O livro continha igualmente um apêndice iconográfico, com fotografias e reproduções que deviam servir como primeira orientação no estudo das diferentes raças, tanto físicas como da alma e do espírito, assim como das suas múltiplas interferências.

Tornava-se bastante claro que nestes termos o racismo apresentava-se sob uma luz muito diferente e que os principais desvios próprios da sua formulação alemã eram evitados. As exigências legítimas eram indicadas numa forma que, essencialmente, creio manterem o seu valor ainda que independentemente da conjuntura em relação à qual então me ocupei destas questões.

Existe também um facto talvez não privado de algum interesse histórico, a saber, que *Síntese de Doutrina da Raça* obteve um aberto reconhecimento pessoal de Mussolini. Tendo lido o livro, Mussolini chamou-me e elogiou o livro, até mais do que o seu real valor, dizendo-me que era justamente de uma doutrina de tal tipo que necessitava. Esta doutrina fornecia-lhe a maneira de considerar problemas análogos aos enfrentados pela Alemanha e assim "alinhar-se", mas mantendo uma atitude independente, fazendo valer aquela orientação espiritual, aquela primazia do espírito que pelo contrário era estranha a grande parte do racismo alemão. Em particular, a teoria da raça ariano-romana e o correspondente mito podiam integrar a ideia romana proposta, em geral, pelo fascismo, assim como dar uma base à intenção de Mussolini de rectificar e elevar, com o seu Estado, o tipo médio do italiano e constituir a partir do mesmo um homem novo.

Tendo em conta os fins deste livro, não será aqui que devo parar e falar sobre o meu encontro com Mussolini. Mencionarei apenas que relatei ao Duce as iniciativas por mim desenvolvidas na Alemanha; dada a sua aprovação às minhas ideias, tais iniciativas teriam podido ser desenvolvidas dando-lhes um carácter não só pessoal. Em relação a isto, expus o projecto de criar uma nova revista, *Sangue e Espírito*, a publicar-se em dupla edição, italiana e alemã, revista na qual seriam confrontados todos os problemas correspondentes partindo das ideias formuladas no meu livro. Mussolini aceitou a proposta sem reservas e encarregou-me de fixar os pontos programáticos da revista, que ele se declarava pronto a publicar, desde que com o acordo prévio da Alemanha. Assim, entreguei-me à procura de pessoas que tivessem um mínimo de qualificação para discutir um programa de tal tipo. Após várias sessões de trabalho, presididas por um excelente elemento, Alberto Luchini (que, entre outras coisas, se interessava pelas ciências tradicionais), chefe da Secretaria da Raça do Ministério para a Cultura Popular, um conjunto de pontos programáticos foram formulados. Numa outra audiência, coloquei-os à consideração de Mussolini, que os aprovou sem alterar uma vírgula. Dirigi-me então para Berlim, para tomar contacto com a outra parte. O assunto no entanto não teve continuidade já que, a meio dos meus encontros com os dirigentes alemães, chegou a ordem à embaixada italiana em Berlim de suspender tudo.

Vim mais tarde a saber os motivos disto. Tendo-se sabido das minhas entrevistas com Mussolini, alguns ambientes da capital alarmaram-se. De uma parte os católicos e de outra alguns expoentes do grupo do anteriormente citado "Manifesto da Raça" que integravam a revista *Difesa della Razza*. Durante a minha estadia em Berlim aproximaram-se de Mussolini. Por medo de serem relegados, os segundos remeteram-se à anterior aprovação dada por Mussolini àquele manifesto, fazendo notar o claro contraste existente entre o mesmo e a orientação por mim afirmada. Tinha já havido alguma tentativa de polémica, embora eu próprio tivesse colaborado naquela revista (mantendo sempre as minhas posturas). Dado o meu interesse pelas disciplinas esotéricas, fizeram sarcasmo classificando o meu racismo de "mágico". Pela minha parte, tinha um modo fácil de contra-atacar, dados os múltiplos flancos generosamente oferecidos pelo meu adversário. Por exemplo, na capa da revista eram usadas fotomontagens. Numa delas podia ver-se um belíssimo rosto adolescente de uma estátua clássica, suja por uma

imagem a negro na qual se havia colocado uma estrela hebraica. Pois bem, fiz notar que aquele era o rosto de Antínoo, o conhecido homossexual do período imperial: exemplo de uma raça do corpo que podia também ser pura em relação a uma degeneração da raça interior.

Quanto aos católicos, estes ficavam bastante preocupados com uma doutrina que, como a minha, dava relevância acima de tudo à raça do espírito e que também sobre o plano do espírito afirmava o princípio da desigualdade dos seres humanos. A concepção da raça do espírito conduzia além do mais ao problema da concepção do mundo, na qual tal raça se expressa, e que tem um papel central na sua acção formativa desde o interior. A nível particular colocava-se o problema de definir aquela concepção do mundo, do sagrado, dos valores supremos, que fosse na realidade conforme ao tipo superior; no caso de Itália ao tipo ariano-romano: e aqui aparecia como evidente a necessidade de uma revisão a respeito de muitas ideias de origem certamente não ariano-romana da religião que se tinha tornado predominante entre as raças do Ocidente. Ainda que evitando as posturas extremistas e pouco ponderadas de *Imperialismo Pagão*, tornava a abordar a problemática deste livro. Da parte dos católicos foram portanto vistos os perigos do interesse demonstrado por Mussolini nas minhas ideias, perigos acentuados pela projectada colaboração ítalo-alemã. Com habilidade jesuítica, tais elementos católicos não atacaram frontalmente; passando por cima daquilo que os afectava sobremaneira, eles encontraram maneira de apresentar a Mussolini uma exposição na qual eram colocados em relevo todos os aspectos das minhas concepções que contradiziam algumas ideias centrais do fascismo: o racismo discriminativo atacava a ideia de unidade nacional e relativizava o conceito de pátria, os elementos de estilo ariano-romano estavam em contraste com a "latinidade", e assim sucessivamente, até inclusivamente aspectos escandalizantes sobre o que eu tinha tido ocasião de expor contra o costume burguês e para a rectificação da componente "mediterrânica" no relativo à moral sexual e às relações entre os dois sexos.

Antínoo, exemplo de "raça do corpo" pura e de "raça da alma" degenerada

Assim, Mussolini, que apesar de todas as aparências era um homem que se deixava influenciar facilmente, começou a duvidar. Daí a ordem mencionada, transmitida à embaixada de Berlim. Quando regressei a Roma, tomei conhecimento de que as disposições eram também de suspender pelo momento o projecto da revista *Sangue e Espírito*. Mas o curso da guerra rapidamente não deixaria mais lugar para iniciativas de tal tipo.

Isso também impediu a realização de outro projecto, já aprovado por Mussolini. Eu tinha proposto empreender uma pesquisa sobre os componentes raciais do povo italiano. Se, como mencionei, o conceito de "raça italiana" é um absurdo, podia-se no entanto examinar os principais componentes raciais desta nação. Entravam em tema os três aspectos da raça e teria que ser dada uma especial importância à constatação da presença, ou da subsistência, do tipo ariano-romano. Para tal fim foi nomeada uma comissão composta por um antropólogo que teria a seu cargo a raça do corpo, por um psicólogo (tratava-se de um docente do Instituto de Psicologia da Universidade de Florença) que teria de estudar a raça da alma (comportamentos psíquicos, reacções, etc.), a qual, no entanto, nos seus aspectos propriamente caracterológicos teria que ser captada por L. F. Clauss, que tinha aceite o nosso convite para colaborar. Finalmente, eu teria que ocuparme da raça do espírito e para tal pensava, entre outras coisas, recorrer a testes apropriados, a questionários sobre problemas espirituais fundamentais. A comissão teria que examinar, em várias regiões e cidades italianas, membros de antigas famílias locais. Os resultados desta primeira investigação teriam que ser apresentados num tomo com numerosas fotos de diferentes tipos. Mas os acontecimentos impediram também a colocação em marcha desta iniciativa, não desprovida de interesse e sem precedentes, para a qual se tinham já realizado vários preparativos.

Quando Mussolini me chamou e deu o mencionado juízo sobre *Síntese de Doutrina da Raça*, disse querer saber de que modo a cultura italiana tinha acolhido o livro. Nessa altura Pavolini, ministro para a Cultura Popular, lançou um "boletim" para assinalar aquela obra à imprensa. Mas tais boletins, quase sempre solicitados pelos autores, eram enviados em grandes quantidades; já eram tão habituais, que quase não se prestou atenção a tal indicação. Ao inteirar-se disto, Mussolini irritou-se e fez repetir de forma categórica tal indicação. Naturalmente, apareceu então uma chuva de resenhas, desde o áulico *Corriere della Sera* até outros importantes periódicos que nunca se tinham ocupado dos meus livros. E foi assim que fiquei conhecido em Itália quase tão-só por ser o autor de um livro sobre a raça e por isso me foi aplicada a etiqueta, difícil de retirar, de "racista", quase como se nunca me tivesse ocupado de nenhum outro tema. Tal como creio ter demonstrado suficientemente nos capítulos anteriores, na realidade tinha-me esforçado por aplicar ao problema da raça princípios de carácter superior e espiritual; tratava-se para mim de um domínio totalmente subordinado, e o fim principal era combater os erros das variedades do racismo materialista e

primitivo que assomavam na Alemanha. Também neste domínio me mantive fiel à minha linha, e no essencial não há nada que tenha escrito então que agora renegue: ainda que reconhecendo a absoluta falta de sentido que praticamente hoje teria retomar tais problemas.

O mesmo se aplica ao problema hebraico. O modo como eu o tinha considerado era sumamente diferente do que era próprio do anti-semitismo vulgar. A acção do judaísmo na sociedade e na cultura moderna ao longo de duas linhas principais, a da internacional capitalista e a de um fermento revolucionário e corrosivo, é dificilmente rebatível. Mas eu procurei mostrar que esta acção foi desenvolvida essencialmente por um judaísmo secularizado, separado da sua mais antiga tradição, no qual alguns aspectos da mesma tinham assumido formas distorcidas e materializadas e do qual se haviam libertado os instintos, em parte retraídos por aquela tradição, de uma determinada substância humana. Contra a tradição hebraica em sentido próprio tinha muito pouco a objectar, e muitas vezes nos meus livros sobre temas esotéricos tinha citado a *kabbala*, antigos textos hebraicos sapienciais e autores judeus (aparte a minha avaliação de Michelstaedter, que era judeu, e o meu interesse por outro judeu, Weiniger, cuja obra principal traduzi para o italiano). Da génese do judaísmo como influência desagregante ocupei-me num capítulo de *O Mito do Sangue* e num ensaio aparecido no quinto tomo das *Forschungen zur Judenfrage*. Também neste caso como elemento decisivo tinha que valer a raça interior e o comportamento efectivo. Finalmente, sobre o plano das forças históricas não deixei de acusar não só a unilateralidade, mas também a perigosidade que representava um anti-semitismo fanático e fantasista: fi-lo também na introdução que escrevi para a reedição a cargo de Preziosi, dos famosos e discutidíssimos *Protocolos dos Sábios de Sião*. Ressaltei aí quão perigoso seria crer apenas o judaísmo (o secularizado) o inimigo a combater: em tal crença fui inclusivamente propenso a ver o efeito de uma das tácticas do que denominei como "guerra oculta": actuar de tal modo que toda a atenção se concentre sobre um sector parcial é a melhor maneira de a desviar de outros sectores, que podem então continuar a actuar sem ser incomodados. Era necessário pelo contrário ter o sentido de toda a frente oculta da subversão mundial e da anti-tradição em cada um dos seus aspectos: para o que, já em *Revolta contra o Mundo Moderno*, se podiam encontrar adequados pontos de referência. O fundo último era uma luta de carácter metafísico, que se tinha desenrolado ao longo de todas as eras. Na mesma algumas organizações, por exemplo nos últimos tempos, a maçonaria política, além do judaísmo secularizado, tiveram apenas o papel de instrumentos ou apoio de influências superiores. Um tal ponto de vista não está longe, além do mais, de uma certa teologia da história. Finalmente, não é sequer necessário mencionar que nem eu, nem os meus amigos na Alemanha sabíamos dos excessos nazis contra os judeus e que, caso o tivéssemos sabido, de modo nenhum os teríamos aprovado.

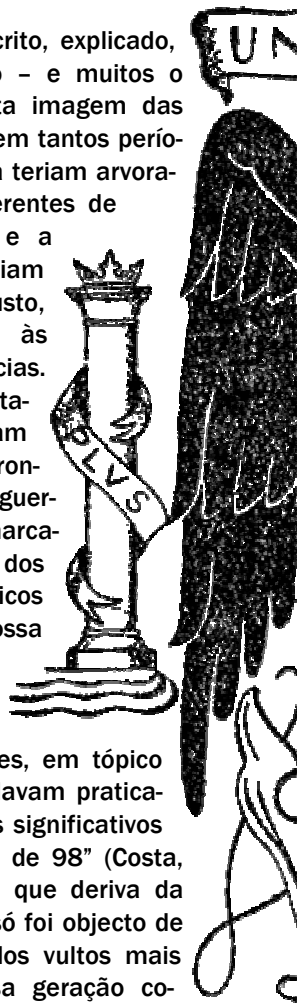
Capa da edição italiana de Os Protocolos dos Sábios de Sião, para a qual Evola escreveu uma introdução

* Capítulo XI do livro *O Caminho do Cinábrio*.

Opinião

Que resta das

Eduard Alcántara



Muito se tem escrito, explicado, debatido e discutido – e muitos o fizeram – sobre esta imagem das Duas Espanhas que em tantos períodos da nossa história teriam arvorado duas formas diferentes de perceber o mundo e a existência e as teriam defendido a todo o custo, frequentemente até às últimas consequências. Duas concepções antagónicas que estariam na origem dos confrontos fratricidas e/ou guerras intestinas que marcaram a maioria dos momentos mais trágicos por que passou a nossa história ímpar.

Dessa imagem – transformada posteriormente, por vezes, em tópico simplificador – já falavam praticamente todos os mais significativos autores da "Geração de 98" (Costa, Ganivet...) e o tema que deriva da citada imagem não só foi objecto de profunda análise pelos vultos mais representativos dessa geração como também foi exaustivamente tratado por intelectuais de outras gerações posteriores como é o caso da "Geração de 14" (Ortega y Gasset...).

Poderíamos situar esta Espanha dual como mais um exemplo de uma realidade que, a nível de cosmovisão, Julius Evola muito acertadamente simbolizou ao falar da oposição entre a Luz do Norte e a Luz do Sul.[1] Quer dizer, a oposição entre o que "é ordem, hierarquia e aristocracia (Luz do Norte) e o que é plebeísmo e nivelamento igualitário (Luz do Sul)".[2]

Para além da edição digital (disponível em www.boletimevoliano.pt.vu), oBoletim Evoliano também é publicado em papel. Os interessados em obter uma cópia devem contactar a Legião Vertical através do seguinte endereço de correio electrónico: legiaovertical@gmail.com.

Duas Espanhas?

Também noutra ocasião[3] esclarecemos que "a denominada como «luz do norte» estaria ligada a conceitos como a hierarquia, a diferença, o vertical, o solar, o estável, o imutável, o eterno, o imorredoiro, o patriarcal e a valores como a honra, o valor, a disciplina, o heroísmo, a fidelidade... E, pelo contrário, a conhecida como «luz do sul» simbolizaria conceitos como o igualitarismo, o uniforme e amorfo, o horizontal, o lunar, o instável, o mutável, o decíduo, o perecedouro, o matriarcal, o sensual, o instintivo, o hedonista, o concupiscente..."

Inclusivamente, concentrando-nos num plano psíquico ou anímico "poderíamos dizer que a Luz do Norte presidiria àquele que emana autodomínio, equilíbrio, serenidade, sobriedade, coerência, prudência, temperança, medida, discrição, calma... enquanto a Luz do Sul «iluminaria» os indivíduos propensos ao dissoluto e dissolvente, ao descomedimento, à desordem referente a hábitos e mo-dos de vida, à instabilidade, ao desequilíbrio, à diversão ruidosa, à bebedice..."[4]

Com base no critério oferecido por esta antagónica dicotomia, Evola explica-nos o porquê de episódios e de etapas tão dissemelhantes no decorrer da história acontecida no solo da Península Itálica. Assim, afirmávamos noutra ocasião que "Evola reivindica para a história de Itália boa parte da antiga Roma e, por exemplo, rejeita, por liberal e anti-tradicional, o período do *Risorgimento* que terminará com a unificação da Península Transalpina. Ademais, imputa à hegemonia e reaparição do espírito inerente ao substrato pré-indo-europeu, existente em terras italianas antes da aparição e triunfo de Roma, os momentos crepusculares de Roma e as restantes etapas históricas negativas – segundo a perspectiva da Tradição – de Itália."[5]

Esta exemplificação para Itália já a considerámos nós, no seu momento, extrapolável à história de Espanha. Daí que escrevêssemos que "José António, no seu escrito «Germanos contra Berberes» coloca por trás das grandes gestas da história de Espanha o espírito germânico («luz do norte») nela existente e, consequentemente, é a ele que atribui a Reconquista de uma Península Ibérica que tombara sob a subjugação muçulmana; também a ele atribui a conquista da América. Em contrapartida, atribui outros períodos nefastos da história hispânica (coincidentes com a sua decadência como potência mundial) e certas tendências político-culturais decadentes, à influência preponderante de certo substrato de mentalidade levantina impregnado, portanto, pela «luz do sul»".[6]

Ernesto Milà escreveu há uns quantos anos atrás o que havia de ser alguns dos capítulos de um livro, inacabado, cujo título seria «História Mágica das Duas Espanhas». Afirmava na introdução do capítulo "O interregno visigodo: da renovação à perda de Espanha" que "a nossa história é uma luta eterna entre duas luzes: a «Luz do Norte» e a «Luz do Sul», tal como foram definidas por Julius Evola em «Revolta contra o Mundo Moderno»". Sob a mesma perspectiva redigiu um outro capítulo, que tinha por título "Falange contra o Opus Dei: a grande contradição sob o Franquismo".

No primeiro dos capítulos mencionados, Milà assinalava como próprio da Luz do Sul esse encadeamento que, seguramente desde as posições teológicas do arianismo, próprio dos visigodos que entraram na Península Ibérica, levaria a uma concepção unitária – ou unívoca, segundo a nossa opinião – do divino, muito comum às

1. "Rebelión contra el mundo moderno", II parte, capítulo 5: "Norte y Sur", da edição em castelhano, Ediciones Heracles, 1994.
2. "Mantenerse en un mundo en ruinas", de Janus Montsalvat.
3. No nosso escrito "José António y Evola".
4. Citado no nosso ensaio "El Deje Andaluz, el Flamenco y Otros Asuntos".
5. "José Antonio y Evola".
6. Op. cit.

religiões semíticas, e que seria a que definiu a maneira de conceber o facto espiritual de muitos dos witizianos[7] que acabaram por se aliar aos muçulmanos que terminariam por ocupar o nosso solo durante quase oito séculos. Em oposição a isto, seria próprio da Luz do Norte uma maneira plural de perceber o Transcendente, que foi comum às espiritualidades pré-cristãs do mundo indo-europeu e que o cristianismo que, para esclarecer conceitos, poderíamos definir como catolicismo (quando se torna religião oficial do Império Romano e no Alto Medievo), assimilou e concretizou num trinitarismo que concebia a divindade não de forma unívoca mas sim multiforme (ou triforme) e ao qual aderiam boa parte dos seguidores do rei Dom Rodrigo. Um trinitarismo que ao assumir Jesus Cristo como homem divino («Deus feito homem») quebra esse hiato intransponível que as religiões do Livro tinham colocado entre Deus e o homem e cuja teologia criacionista *ex nihilo* está em total contraste com o imanentismo próprio da espiritualidade indo-europeia pré-cristã que sempre considerou, quer o homem quer o resto do Cosmos, como o resultado da manifestação, por emanação, do Princípio Supremo Imutável e Imperecedouro que se encontra na origem de todo o mundo manifestado. Encontraríamos, pois, nestas cosmovisões tão dissímeis as causas mais profundas do que acabou por ser uma guerra civil de resultados nefastos e irremediáveis no seio da Espanha visigoda.

No segundo capítulo do livro planeado, Ernesto Milà também confronta boa parte do pensamento de muitos líderes falangistas, bem como certo ritualismo e muita da simbologia da Falange, com o tipo de religiosidade, meramente devocional, inerente ao Opus Dei. Na Falange encontraríamos muitos vestígios da Luz do Norte e, ao contrário, o Opus Dei estaria impregnado até à medula de Luz do Sul. No seio do franquismo estas duas tendências pugnaram estrenuamente por obter parcelas de poder e de influência social e cultural.

“Ernesto Milà também confronta boa parte do pensamento de muitos líderes falangistas, bem como certo ritualismo e muita da simbologia da Falange, com o tipo de religiosidade, meramente devocional, inerente ao Opus Dei. Na Falange encontraríamos muitos vestígios da Luz do Norte e, ao contrário, o Opus Dei estaria impregnado até à medula de Luz do Sul.”

Indubitavelmente, com base nesta maneira de interpretar a história poderíamos explicar os diferentes episódios que marcaram a história de Espanha. Poderíamos, talvez, compreender algumas das causas pelas quais certos povos da Península Ibérica se aliaram, durante a Segunda Guerra Púnica, aos exércitos do cartaginês Aníbal e outros, em troca, se colocaram do lado dos romanos. Ou o porquê da rapidez, lentidão ou negação, na hora de se converter ao Islão, por parte da população que ficou sob o seu jugo após a conquista muçulmana do Reino Visigótico a partir da invasão ocorrida no ano 711; ficam à margem, obviamente, outras considerações como as da maior ou menor repressão ou as da carga exagerada de impostos para os não conversos (moçárabes) ao Islão. Ou as razões primordiais que dividiram a Espanha nos dois bandos que se confrontaram na Guerra de Sucessão espanhola (1701-1714): austracistas (partidários da continuidade da Espanha Tradicional e foral-orgânica) e pró-bourbónicos (que defendiam um modelo uniforme e centralista do Estado e uma filosofia proto-iluminista). Ou apreender, numa chave diferente das oferecidas pela historiografia oficial, a razão das três guerras civis que no decurso do século XIX opuseram carlistas e liberais.

Porém, estas duas Espanhas que se digladiaram de forma irreconciliável ao longo da nossa história (embora por vezes da pugna aberta se tenha passado à hegemonia política e/ou socio-religiosa-cultural de uma delas), continuam, de igual modo, vivas nos nossos dias? Defendemos que a resposta a esta pergunta é negativa dado que, hodiernamente, é ilusório falar de segmentos da nossa população que ajam guiados por essa Luz do Norte que foi responsável pela escrita dos momentos mais excelsos e nobres da nossa história. Se ainda continuam a existir será no seio de minorias que, além disso, não têm outro destino que o de serem silenciadas e abafadas pelo *establishment* político e cultural hegemónico. Uma única luz parece agir nos nossos dias: a Luz do Sul. Uma única Espanha podem os nossos sentidos e o nosso entendimento desvendar: a do materialismo mais descarnado, a do egoísmo mais inconcebível, a do individualismo sem limites, a do consumismo compulsivo, a da estreiteza das perspectivas, a do desvario, a do hedonismo mais degradante, a da vulgarização mais extrema, a do triunfo do ruim, a do reino da mentira, a do charlatanismo mais oco, a das aparências, a do nivelamento por baixo, a do triunfo da quantidade e do número, a do poder da massa ou a do fervilhar de seres desequilibrados e depressivos. Não vemos uma outra Espanha senão uma Espanha de farragem, amorfa, insensata, cobarde, taimada, pusilânime, desordeira, voluptuosa, vermicular, volúvel, corrupta, reles, trivial e tribal. Uma Espanha, em suma, infectada de Luz do Sul, sem alternativa visível, que possa fazer engendrar esperanças de que a Luz do Norte reine como já o fez noutras datas pretéritas ou, no mínimo, tenha hipótese de lutar por tentar fazer ver a sua transfiguradora, edificante e ordenadora claridade.

7. Partidários de Akhila (filho de Witiza, penúltimo rei visigodo) na disputa pela sucessão ao trono visigodo.

Doutrina

Símbolos da Tradição: a Águia

Julius Evola*

Representação de Zeus com a Águia

O simbolismo da águia tem um carácter altamente tradicional. Inspirando-se em analogias precisas, é de entre os símbolos e mitos de todas as civilizações do tipo tradicional um dos que mantém algo de constante, invariável e imutável, apesar das diferentes formulações a que foi sendo submetido conforme as raças. Esclarecemos desde já que, na tradição ariana, o simbolismo da águia sempre teve um carácter olímpico e heróico. É isto que iremos tentar demonstrar através de referências e aproximações.

O carácter olímpico do simbolismo da águia está directamente ligado à consagração deste animal ao deus olímpico por excelência, Zeus, que para os arianos-helénicos (como Júpiter para os arianos-romanos) é a figura da divindade da luz e da realeza, venerada por todos os membros da família ariana. Zeus foi também relacionado com um atributo, o raio, que completa muitas vezes o simbolismo da águia. Recordemos também que, segundo a antiga visão ariana do mundo, o elemento olímpico se define pela sua antítese com o elemento titânico, telúrico e prometaico. Aliás, segundo o mito é com o raio que Zeus destrói os titãs. Entre os arianos, que vivem toda a luta como um reflexo da luta metafísica entre as forças olímpicas e as forças titânicas, considerando-se a milícia das primeiras, encontramos a águia e o raio como símbolos e insígnias cuja significação profunda é geralmente negligenciada.

Segundo a antiga visão ariana da vida, a imortalidade é um privilégio: não significa simplesmente sobreviver à morte, mas sim participação heróica e real num estado de consciência que define a divindade olímpica. Estabeleçamos algumas correspondências. A concepção de imortalidade encontra-se na antiga tradição egípcia. Apenas uma parte do ser humano está destinada a uma existência celestial e eterna em estado de glória – o *Ba* – que é representado como uma águia ou um falcão (em função das condições ambientais, o falcão é aqui um sucedâneo da águia, o suporte mais aproximado oferecido pelo mundo físico para exprimir a mesma ideia). É sob a forma de falcão que, no ritual contido no *Livro dos Mortos,* a alma transfigurada do morto provoca os deuses pronunciando estas soberbas palavras: "Sou coroado em Falcão divino / Transformo-me em corpo glorioso / Assim como Horus o é na sua alma / Para que possa penetrar na região dos Mortos / e tomar posse do reino d'Osíris..." Esta herança ultra terrestre corresponde exactamente ao elemento olímpico. Com efeito, no mito egípcio, Osíris é uma figura divina que corresponde ao estado primordial "solar" do espírito que, depois de ter sofrido alteração e corrupção (morte e dilaceração d'Osíris), foi ressuscitado por Horus. O morto, participando da força ressuscitadora de Horus, obtém a imortalidade que conduz a Osíris, a qual provoca o "renascimento" e a recomposição".

Torna-se assim fácil constatar as múltiplas correspondências das tradições e dos símbolos. No mito helénico, compreende-se que seres como Ganímedes sejam levados por "águias" ao Olimpo. É graças a uma águia que, na antiga tradição persa, o rei Kai-Kaus tenta, tal como Prometeu, subir ao céu. Na tradição indo-ariana, é a águia que traz a Indra a bebida mística que o tornará senhor dos deuses. A tradição clássica junta aqui um detalhe sugestivo: segundo ela, embora seja inexacto, a águia era o único animal que podia fixar o olhar no sol sem abaixar os olhos.

Isto esclarece o papel da águia em algumas versões da lenda de Prometeu. Prometeu aparece não como alguém realmente qualificado para tomar como seu o fogo olímpico, mas sim como aquele que, tendo natureza titânica, pretendia usurpar e fazer não uma coisa dos deuses mas sim dos homens. Como expiação, nesta versão da lenda, Prometeu acorrentado vê o seu fígado

continuamente devorado por uma águia. A águia, animal sagrado do Deus Olímpico, associada ao raio que destrói os titãs, aparece-nos com uma figuração equivalente ao próprio fogo, fogo de que Pormeteu se pretendia apropriar. Trata-se então de uma espécie de punição imanente. Prometeu não tem a natureza da águia que pode fixar a luz absoluta, impunemente e "olimpicamente". Esta força que ele quer possuir transforma-se na sua tormenta e punição. Isto ajuda-nos a compreender a tragédia interior dos diferentes representantes modernos da doutrina do "super-homem", titânico, obcecado e vítima de sua própria ideia, desde Nietzsche a Dostoiewski, e particularmente de todos os heróis deste último.

Para voltarmos ao mundo do mito ariano, encontramos na antiga tradição hindu uma variante do mito de Prometeu. Agni, sob a forma de uma águia ou de um falcão, arranca um ramo da árvore cósmica, repetindo o gesto cumprido, no mito semita, por Adão, "para se tornar igual aos deuses". Agni, que é também uma personificação do fogo, fica ferido. Das suas plumas caídas na terra nascem as sementes de uma planta da qual se retira o "soma terrestre". O *soma* é a analogia do néctar; é a substância que endeusa, que permite o estado olímpico. A estrutura do mito ariano, se bem que sob uma forma mais velada, repete aquela que havíamos já analisado no mito egípcio ("eclipse" d'Osíris e sua ressurreição por Horus). Podemos falar duma tentativa prometaica falhada, depois "rectificada" e que finalmente se torna no princípio da justa realização.

Na tradição irano-ariana a águia é muitas vezes uma encarnação da "glória", do *hvarenô* que, longe de ser uma abstracção da sua raça era uma força mítica e um poder real do alto, descendo sobre os seus soberanos e chefes, fazendo-os participar da natureza imortal e levando-os para a vitória. Esta glória ariana, personificada pela águia, não suporta nenhuma violação da ética viril própria da tradição macedónica. O mito conta que sob a forma de uma águia, esta se distancia do rei Yima por ele se tornar impuro com uma mentira. A partir destas correspondências de significado e de símbolos, o papel assumido pela águia na Roma antiga assume uma luz particular. O ritual da apoteose imperial romana é uma das primeiras demonstração e confirma a relação estreita entre a romanidade e o ideal olímpico. Neste ritual o voo de uma águia sobre a pira funerária simboliza a passagem da alma do imperador morto a um estado de "deus". Recordaremos os detalhes deste ritual, que foi codificado sobre o modelo do rito original celebrado pela morte de Augusto.

O corpo do imperador morto era colocado num caixão coberto de púrpura, sobre uma liteira de ouro e marfim, depois colocado numa pira rodeada de sacerdotes que circundavam o Campo de Marte. Então tinha lugar o *decursio.* Depois de pegar fogo ao altar de lenha, uma águia sobrevoava as chamas e pensava-se que, nesse momento, a alma do morto se elevava simbolicamente para as regiões celestes, para ser acolhida no seio dos Olímpicos. O *decursio* era uma parada de soldados, cavaleiros e chefes em volta da pira imperial à qual atiravam as recompensas que tinham recebido pelos seus grandes feitos. Há neste ritual uma significação profunda. Arianos e romanos acreditavam que os seus chefes possuíam dentro deles a verdadeira força da vitória, não tanto como indivíduos mas como portadores de um elemento sobrenatural, olímpico, que lhes era atribuído. Era por isso que, na cerimónia romana do triunfo, o general vencedor se atribuía os símbolos do deus olímpico Júpiter, depositando no seu templo a sua coroa de louros, honrando assim o verdadeiro autor da vitória, bem distinto da parte simplesmente humana. No decorrer do *decursio,* acontecia um *remissio* da mesma ordem: os soldados e os chefes restituíam os seus galhardetes, provas da sua coragem e da sua força vitoriosa, ao imperador, como se aquele, na sua potencialidade olímpica, no momento de se libertar e de transcender para o plano divino, fosse o verdadeiro agente.

Isto leva-nos a examinar a segunda demonstração do espírito olímpico da romanidade, marcado também aqui pelo simbolismo da águia. Era tradicionalmente admitido que aquele sobre quem uma águia pousava estava predestinado por Zeus a um alto destino ou à realeza, signo de legitimidade olímpica tanto num caso quanto noutro. Mas era também admitido pela tradição clássica, e especificamente mais ainda pela tradição romana, que a águia era um presságio de vitória, implicando a concepção olímpica da luta e da vitória, quer dizer, a ideia de que através da vitória da "raça" ariana e romana, eram as forças da divindade olímpica, do deus da luz, que saiam vitorio-

sas. A vitória dos homens espelha a vitória de Zeus sobre as forças anti-olímpicas e bárbaras e era prevista pela aparição do animal de Zeus, a águia.

Isto permite compreender bem o papel que a águia tinha nas insígnias romanas dos *signa* e *vexilla* das origens, tendo um significado profundo de origem tradicional e sagrada não se tratando de uma mera alegoria. A águia era já na época republicana de Roma a insígnia das legiões, dizendo-se: "uma águia por legião e nenhuma legião sem águia". Em geral o emblema era composto por uma águia de asas estendidas segurando um raio nas suas garras. Assim se confirma o simbolismo olímpico: o signo da força de Júpiter junta-se ao animal que lhe é consagrado, pois é com o raio que o deus combate e extermina os titãs. Existe um detalhe que merece ser sublinhado: as insígnias das tropas bárbaras não tinham águia. No entanto nos *signa auxiliariaum* encontramos animais sagrados ou "totémicos" que se referem a outras influências, como o touro ou o carneiro. Somente mais tarde estes signos se infiltraram na romanidade, associando-se à águia e dando lugar a um duplo simbolismo: o segundo animal, junto da águia nas insígnias de uma legião, representava as suas características, enquanto que a águia era o símbolo geral de Roma. Na época imperial, por outro lado, a águia passa de insígnia militar e transforma-se em símbolo do próprio *Imperium*.

Conhecemos o papel desempenhado pela águia na história dos povos nórdicos e germânicos. Este símbolo parece ter abandonado o solo romano por um longo período e ter-se trasladado para as raças germânicas, de tal maneira que aparece como um símbolo essencialmente nórdico, o que não é exacto. Esquece-se a origem da águia que ainda hoje figura como emblema da Alemanha, como também o foi do império austríaco, último herdeiro do Sacro Império Romano-Germânico. A águia germânica é simplesmente a águia romana. Foi Carlos Magno que, em 800, no momento de declarar a *renovatio romani imperii*, recuperou o símbolo fundamental, a águia romana, e a adoptou como símbolo do seu Império. Historicamente, não é mais do que a águia romana que se conservou até aos nossos dias como símbolo do *Reich.* Em todo o caso, isto não impede que, de um ponto de vista mais profundo, supra-histórico, possamos pensar em algo mais do que uma simples importação. Com efeito, a águia figurava já na mitologia nórdica como um dos animais consagrados a Odin-Wotan e nessa qualidade foi adicionada às insígnias romanas das legiões, e também figurava nos escudos dos antigos chefes germânicos. Podemos pois conceber que Carlos Magno, ao adoptar a águia como símbolo do Império ressuscitado, tendo presente a Roma antiga, tenha simultaneamente e inconscientemente retomado também um símbolo da antiga tradição nórdico-ariana, conservado apenas de forma fragmentária e crepuscular por diferentes povos do período das invasões. De qualquer maneira, a águia acabou por não ter mais do que um valor heráldico e o seu significado profundo e original foi esquecido. Como muitos outros, a águia tornou-se um símbolo sobrevivente e, por consequência, susceptível de servir de suporte a ideias e formas muito diferentes. Seria pois absurdo supor a presença "sonâmbula" de concepções como as que acabamos de mencionar onde quer que se vejam, hoje em dia, águias sobre insígnias ou emblemas europeus. Para nós, herdeiros da antiga romanidade, poderia ser diferente, tal como para o povo, hoje em dia ao nosso lado e que é herdeiro do império romano germânico. O conhecimento do significado original do simbolismo ariano da águia, emblema ressuscitado dos nossos povos, poderia assinalar assim o significado mais elevado da nossa luta e ligar-se com o empenho, que nisto repete, em certa medida, a aventura idêntica na qual o antigo povo ariano, sob o signo olímpico e evocador da força olímpica destruidora das entidades obscuras e titânicas, poderia se sentir como as milícias das forças do alto e afirmar um direito superior e uma função superior de poder e ordem.

---

* Artigo publicado em 1941 e incluído posteriormente na colectânea "Símbolos e Mitos da Tradição Occidental".

Doutrina

Virilidade Espiritual - Máximas Clássicas

Julius Evola*

Nas notas que se seguem, vamos traduzir e comentar brevemente um conjunto de máximas que podem ser qualificadas de "romanas", porque reflectem o espírito e *ethos* característico do estilo romano e clássico, não apenas no seu aspecto político mas também espiritual. Estas máximas foram extraídas das obras de Plotino. Não temos intenção de filosofar nem de considerar os diversos rótulos aplicados hoje pelos "especialistas" em neo-platonismo, escola a que Plotino pertenceu.

As máximas que vêm a seguir são, por si mesmas, suficientemente eloquentes. Permitem entender o sentimento de virilidade espiritual que quase completamente desapareceu no homem moderno, por entre as superstições "positivas" ou "devotas" mas que, no entanto, permanece como a medida de toda a dignidade interior e o segredo deste ideal, ao qual o sentido antigo e social fazia corresponder ao conceito clássico de "Herói".

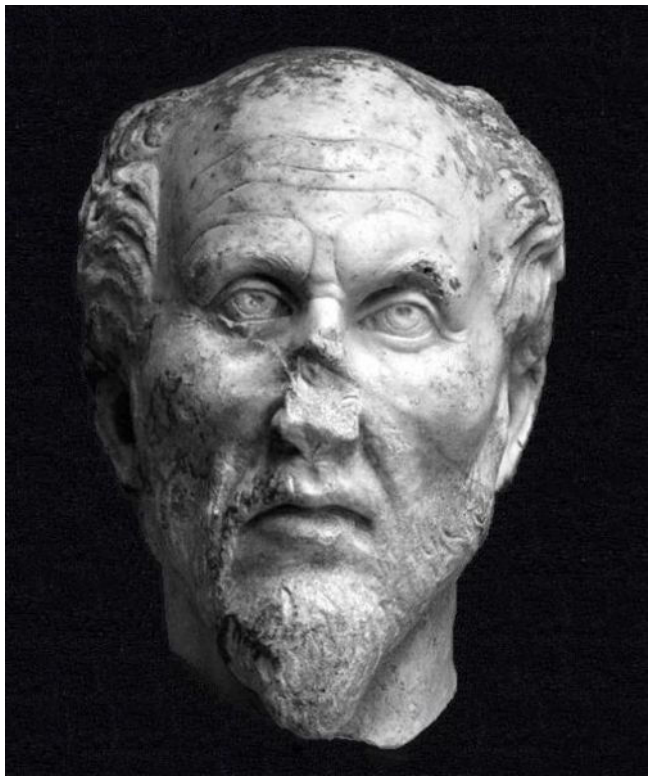
Deuses ao encontro dos homens

"Os deuses é que devem vir a mim e não eu a eles". Já nesta resposta dada por Plotino a Amelius (que o convidava a tornar os céus favoráveis através do culto), está contido todo o espírito de uma tradição e sublinhada a distância que separa ambos os mundos: daqueles que "crêem" e daqueles que "são". Esta frase não se refere ao homem comum, mas sim ao que Plotino chama de *"spoudaios"*, quer dizer, ao homem espiritualmente integrado.

Outro grande espírito romano, Celso, indo à guerra contra as novas crenças que estavam então a ponto de invadir o Império, disse: *"Nosso deus é o deus dos patrícios, invocado de pé, em frente ao nosso fogo sagrado e é levado à frente das legiões vitoriosas e não o deus ao qual se reza prostrado na terra, com o total abandono do seu ser".*

Se devemos analisar o sentido do culto romano das origens, antes do aparecimento da influência das religiões gregas e orientais, quer dizer, até um pouco depois da época de Catão, não encontraremos nada do que se entende habitualmente por "religião".

No antigo mundo romano, os deuses eram considerados como forças e inclusive o próprio homem era considerado como uma força. Entre uns e outros, não havia outro intermediário senão o rito, compreendido como uma técnica precisa e objectiva, que se considerava apta a captar, impedir ou produzir tal ou qual efeito



Plotino

gerado pelas forças espirituais e isto sem que se misturasse com sentimentos ou atitudes devotas, mas sim graças a uma relação de simples determinismo.

A máxima de Plotino referida anteriormente nos dá a chave de um "caminho" que corresponde ao que, na antiguidade, se chamava "iniciação solar".

Neste caminho, trata-se de criar em nós mesmos uma qualidade operativa, poderíamos dizer, que actua sobre os poderes supra-sensíveis (os deuses), ou seja, como uma força mediante a qual estes são irresistivelmente atraídos.

Esta força e esta qualidade podem se resumir numa só palavra: "Ser" e um só preceito: "Sê" e consiste em uma indestrutibilidade interior, serena, clara, "olímpica" e acrescentamos "ascética" e em absoluto insolente e "titânica", segundo o cliché moderno de Super-homem.

Uma máxima caracterizava a aspiração clássica ao sobrenatural: "Para «conhecer» aos deuses, é preciso ser igual a eles".

Ser um Númen

"Tornar-se semelhante aos deuses e não apenas aos homens de bem. O fim a alcançar não é estar isento de pecado mas sim ser um numen."

Para alguns, estas máximas podem parecer algo inquietantes. São, no entanto, verdadeiras em um plano superior. Para a antiguidade clássica (como para os antigos arianos orientais) o mais alto ideal era um ideal divino e não o ideal de uma "moralidade" burguesa.

Que fique bem claro: a Grécia dórica, bem como a Roma dos primeiros tempos, aparecem como exemplos imortais de força ética. O que significa que o que é certo em nível superior, "supra-moral", não pode no entanto ser alcançado pelo direito comum: a necessidade e a força de uma ética ali onde deve aplicar-se.

Plotino chamava à "virtude" dos homens "imagem de uma imagem". Isso implica que não há que confundir iniciação e realização. Tomemos um exemplo: uma coisa é o processo mediante ao qual com uma "tinta" se pode dar a algo, suponhamos um metal, a aparência exterior de outro e outra coisa é a transformação efectiva de um metal em outro, por consequência da qual, por meio espontâneo e definitivo, este metal aparece dotado de novas propriedades.

O ideal "divino" da antiguidade estava ligado à noção de iniciação, e esta última era precisamente concebida como uma mudança radical de um estado de existência a outro.

Para um homem antigo, um deus não era um modelo moral, era outro ser.

O homem bom não deixa de ser um "homem" pelo facto de ser "bom"; da mesma forma que o macaco continua sendo macaco ainda que consiga reproduzir artificial ou espontaneamente tal ou qual gesto da criatura humana. Sempre e por todas as partes onde o homem tenha se elevado a tal ordem de coisas esta verdade tem sido reconhecida.

Assim, em algumas tradições espirituais da Idade Média se ensinava que: *"Nossa obra é a conversão e a mudança de um ser em outro ser, de uma coisa em outra, da debilidade em força, da corporalidade em espiritualidade."*

Com relação aos "mistérios", se sublinhava em Elêusis e não sem uma certa ostentação paradoxal, que um Agesilas ou um Epaminondas, dois exemplos de homens ilustres no plano humano, uma vez que não haviam sofrido a modificação atribuída aos ritos mistéricos, se encontravam na mesma situação que qualquer outro mortal frente ao estado de *post mortem*, enquanto que um destino diferente aguardava a quem houvesse limpado as faltas humanas mediante a purificação mistérica.

Segundo a tradição, a força transmitida pelo rito da consagração de um sacerdote se reveste de um carácter permanente, mesmo que inclusive venha a cair na indignidade moral; disto, pode se deduzir que subsiste ainda hoje um eco das revelações antigas relativas a um plano de espiritualidade absoluta.

> "A concepção clássica do mundo distinguia duas regiões: a inferior das coisas que «passam» e a superior das coisas que «são»."

No entanto, é preciso ser prudente neste terreno. Embora não haja dúvidas sobre o carácter do que Nietzsche chamava de "pequena moral", convém, apesar de tudo, recordar a antiga máxima hindu: *"Que o sábio não confunda o espírito do ignorante com a sua própria sabedoria".*

"Os maus também podem tirar a água dos rios. Aquele que dá, ignora o que dá, simplesmente dá." (Plotino)

"Qual é a posição do homem perante o Todo? É uma parte? Não: é um todo, que pertence a si mesmo. Convertendo-se no Um, ele (o homem) se possui a si mesmo e a grandeza total e à beleza. Não flui fora de si mesmo e não foge indefinidamente. Está agora inteiramente agrupado em sua unidade." (Plotino)

A concepção clássica do mundo distinguia duas regiões: a inferior das coisas que "passam" e a superior das coisas que "são". As coisas que "flúem" ou que "passam", que são impotentes para alcançar a realização e a posse perfeita de sua natureza. As outras são; transcenderam esta vida mesclada com a agitação vã e com a morte; e que, interiormente, é uma fúria e desejo contínuos.

O que é o Bem?

Plotino diz: *"O que é o bem para o homem?* (para o homem completo, para o *spoudaios*)*. É, assim mesmo, seu próprio bem. A vida que possui é perfeita. Possui o bem, portanto não está buscando mais nada. Rejeitar tudo que é outro em relação a teu próprio ser, é purificar-se. Em uma relação simples contigo mesmo, sem obstáculo em uma unidade pura, sem que nada esteja mesclado interiormente com essa pureza, sendo tu somente em uma pura luz, te convertes em visão. Estando aqui, tu te elevaste. Não tens necessidade de um guia. Fixa teu olhar e verás."*

Com uma concisão singular se encontram expressos aqui os traços de uma ascese viril e o que, em um sentido supra-moral, metafísico, deve ser qualificado como "bem": a ausência de tudo que, penetrando em si, possa levar para fora de si.

Plotino aponta o alcance espiritual de tal conceito dizendo que o homem superior pode entretanto *"buscar outras coisas na medida que são indispensáveis, não para si mesmo, mas sim para quem está próximo dele: ao corpo que lhe está relacionado, à vida do corpo que não é a sua vida. Sabendo que dá o que é necessário ao corpo mas sem que estas coisas tenham dominado a vida".*

O mal, segundo o espírito clássico, é o sentido de necessidade no espírito, que não sabendo governar-se a si mesmo se deixa levar ora aqui ora ali, dominado pelo desejo, tentando completar-se mediante a

> "Reduzir a «virtude» a uma simples disposição moral, a um fantasma interior corresponde a uma alma acanhada. Deve-se, portanto, rejeitar o conceito de "meu reino não é deste mundo" e também as ideias de que uma força do alto possa dar felicidade no além, como recompensa aos "virtuosos" que desprovidos de poder nesta vida preferem sofrer e suportar com humildade e resignação a injustiça. O Espírito viril do homem clássico desprezou tais abordagens escapistas e as desprezou por fidelidade a uma concepção metafísica."

incorporação disto ou daquilo.

Enquanto subsiste esta "necessidade", enquanto subsiste esta insuficiência interna e radical sempre segundo o espírito clássico, não pode existir o "Bem". O qual não poderia ser circunscrito por um substantivo e que é, somente, uma experiência que pode determinar o espírito, desfazendo-se, naturalmente, da ideia; de toda espécie de "outro" e reconciliando-se virilmente consigo mesmo.

Aparece então um estado de certeza e plenitude. (...) Plotino diz precisamente que tal ser possui a "perpetuidade" e que está totalmente de posse de sua própria vida: sendo apenas e de maneira subpessoal "eu" nada a partir de agora poderia ser acrescentado ou retirado, nem no presente nem no porvir. Vamos ver agora a que desenvolvimento Plotino dá a esse conceito:

"O estado de ser consiste em estar presente. Ser significa acto e estar em acção. O prazer é o acto da vida. Inclusive neste universo, as almas podem conhecer a felicidade. Se não acontece assim, as almas se acusam a si mesmas e não ao universo; neste caso sucederam nesta luta cuja recompensa coroa a virtude." Plotino aponta também o significado do "ser": ser significa estar "em acção". Ademais, fala de uma "natureza intelectual sem letargia", com referência àquele que "é" por excelência. Aqui os termos "desperto" e "sempre desperto" opostos ao estado de letargia que é assimilado ao homem comum, pertencem a um amplo simbolismo tradicional.

Sabe-se que o termo "Buda" significa o "Desperto". A concepção do deus Mitra concebido como "guerreiro sem sono" que combate contra os inimigos da religião ariana é típica dos indo-europeus do Irão. Nas tradições clássicas o "Herói" convertido em imortal ao invés de beber a "água do Esquecimento" bebe "a água da Recordação" e "do Despertar". "Ser" equivale pois a estar "desperto". A experiência de todo o ser, concentrado na claridade intelectual, na simplicidade de um acto, dá a experiência "daquilo que é".

Abandonar-se, desvanecer-se, tal é o segredo do não-ser. A fadiga mediante a qual a unidade interna se relaxa e se dispersa, a energia íntima para dominar cada parte, de forma que brota uma multiplicidade de tendências, instintos, de movimentos irracionais, quer dizer, a degradação do espírito que se humilha em formas cada vez mais obscuras, até chegar à forma limite da decadência que a obscuridade da matéria. É um erro, afirma Plotino, dizer que a matéria é, quando na realidade, a essência da matéria é o não-ser. Seu poder de ser dividida até o infinito indica precisamente esta "queda" fora da Unidade que lhe deu origem.

Sua inércia é pesada, resistente, confusa e tal é ela própria que desvanecendo-se, não pode mais conduzir-se e cai como um "corpo morto." Tal é, em termos de interioridade, o segredo do material da realidade física. Que a "verdade" do conhecimento físico seja diferente importa muito pouco. A existência corporal aparece como o não-ser da espiritual. Este estado supremo na unidade de um "acto", é o "ser" e é um só com o "bem".

De sorte que "matéria" e "mal" se identificam por sua vez. E não há outro mal que a matéria. Para compreender esta ideia fundamental do pensamento clássico, é preciso naturalmente deixar de lado todas as concepções ordinárias do homem doméstico, convertido em "social". O "mal" segundo os homens não tem nenhum lugar na realidade, e em uma perspectiva metafísica que é uma perspectiva segundo a realidade aplicada a um mundo superior.

Metafisicamente, não existe "bem" ou "mal"; existe o que é verdade e o que não é. E o grau de "realidade" (entendida no sentido espiritual que definimos com respeito ao significado do "ser") dá a medida do grau de "virtude". Sabe-se que *Virtus* na época clássica e inclusive até ao Renascimento, não significava nada mais que força, senão energia. Para o olhar frio e viril do homem clássico somente um estado de "privação" do ser é um "mal"; a fadiga, o abandono e o retardamento da força interior, esta direcção que, no limite, faz tomar, como vimos, a "matéria".

Nem o "mal" nem a "matéria" são pois princípios em si mesmos. Não mais que derivados aos quais se chegam por "degradação" e "dissolução". Plotino se expressa neste termos:

"*É a por causa do desvanecimento do Bem que a obscuridade aparece e vive. E para a alma, o mal é este desvanecimento gerador de obscuridade. Tal é o primeiro mal. A obscuridade é algo que lhe precede e a natureza do mal não actua na matéria mas sim antes da matéria (no cerne da tensão espiritual que deu nascimento à matéria)".* E Plotino complementa: *"O Prazer é o acto da Vida"*. Esta opinião já havia sido expressa por outro grande espírito clássico, Aristóteles, que havia ensinado que toda actividade é feliz se é perfeita.

Tais são, ao menos, a felicidade e o prazer em sua forma pura e livre; de uma plenitude como coroação da

vida que se realiza e que, realizando-se, "é" e realiza o "bem" e não a felicidade e prazer passivos e misturados, desordenados, fugidios em si mesmos, cedendo a uma temeridade turbulenta de satisfação dos desejos e dos instintos. De novo, somos conduzidos aqui a um ponto de vista "real" sem relações com as concessões "humanas" e os enternecimentos sentimentais.

Desta mesma felicidade, o grau do ser é o segredo e a medida. Por consequência, Plotino afirma que neste universo as almas também podem conhecer a felicidade, recordando um aspecto importante do pensamento clássico.

Ali onde a virtude era entendida como realização espiritual dominadora, implicando potência, não se pode conceber que o "bem" não esteja acompanhado da "felicidade", como tão pouco a glória pode ser separada da vitória. Quem quer que fosse vencido por uma subjugação exterior ou interior, segundo a ordem real das coisas que mencionamos antes, não poderia ser "bom".

E que alguém assim pudesse ser feliz seria contrário à natureza e, em todo caso, apenas como um golpe de sorte. E seria ele mesmo e não o mundo que deveria ser a causa de sua derrota.

De qualquer maneira, a coisa está clara; reduzir a "virtude" a uma simples disposição moral, a um fantasma interior corresponde a uma alma acanhada. É bom, portanto, rejeitar o conceito de "meu reino não é deste mundo" e também as ideias de que uma força do alto possa dar felicidade no além, como recompensa aos "virtuosos" que desprovidos de poder nesta vida preferem sofrer e suportar com humildade e resignação a injustiça. O Espírito viril do homem clássico desprezou tais abordagens escapistas e os desprezou por fidelidade a uma concepção metafísica.

Se o mal e sua materialização e sua expressão mediante impulsos e limites impostos pelas forças inferiores e coisas exteriores se enraízam em um estado de degradação do "Bem" é inconcebível e logicamente contraditório que subsista como princípio de desgraça e servidão naquele que haja destruído essas raízes e onde haja enraizado o bem no sentido clássico.

Se o "bem" é, o "mal", o sofrimento, a paixão, a escravidão não podem ser porque o bem também é poder. Se subsistem, isto significa então que a "virtude" é ainda imperfeita e o "ser" ainda está incompleto e a capacidade de actuar e a unidade estão alteradas.

Diz Plotino: *"Há aqueles que não têm armas. Mas aquele que tem armas, combate. Não há deus que combata por aqueles que estão sem armas. A lei requer que na guerra, a vitória pertença aos valorosos, não aos que rogam. É justo que os covardes sejam dominados pelos maus"*, novas expressões características da virilidade espiritual, guerreira, romana, novo contraste com as atitudes de renúncia e de fuga de certa forma de religiosidade de um tipo que não é nem romano, nem ariano, mas sim asiático-semita. Novo desprezo contra aqueles que se alongam em propostas contra a injustiça das coisas da terra e que em lugar de reconhecer sua própria covardia, ou de resignarem-se à sua própria impotência, ou de enfrentar um fim heróico, se entregam ao Todo ou esperam que os deuses se preocupem com eles de tanto ouvir orações e lamentos.

"Não há deus que combata por aqueles que não estão em armas" (Plotino).

Tal é o princípio fundamental do estilo guerreiro que, além de ter o valor de exemplo, se refere por sua justificação superior, aos conceitos já desenvolvidos sobre a identificação – desde o ponto de vista metafísico – entre "realidade", "espiritualidade" e "virtude".

O desleixo e a negligência não podem ser bons, ser "bom" implica ter uma alma de herói. E a perfeição do herói é o triunfo.

Pedir a vitória à divindade equivaleria a pedir-lhe a "virtude" pois a vitória é o corpo no qual se realiza o estado perfeito e, poderíamos dizer, sobrenatural e sobre-humano da virtude.

Tal como já dissemos a propósito da doutrina mística do triunfo, o qual demonstra da forma mais sensível que tais ideias não nasceram em absoluto de um ateísmo mas antes da ideia de uma síntese superior entre a força e o espírito, humanidade e divindade, presente nos momentos de Transfiguração heróica.

"Polibio diz que os romanos usam a força em todas as circunstâncias, seguros de que o que tenham decidido tem necessariamente que acontecer e que nada do que decidiram um dia é impossível de realizar, e em muitas ocasiões são levados à vitória por conta deste hábito."

Os soldados de Fábio, partindo para a guerra não juraram vencer ou morrer. Juraram vencer e retornar vencedores. E foi como vencedores que voltaram.

O Espírito romano e o Espírito destes conceitos de Plotino coincidem e, inclusive em nossos dias nos transmitem uma viva mensagem.

---

* A conclusão deste texto será publicada no próximo número do Boletim Evoliano.

BANDEIRAS AO VENTO, LEGIÃO EM MARCHA!

http://legiaovertical.blogspot.com